

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PAOLA ROBASKI TIMM

**As representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura
Tarso Dutra (1967-1968)**

Porto Alegre

2023

PAOLA ROBASKI TIMM

**As representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura
Tarso Dutra (1967-1968)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História.

Orientadora: Carla Beatriz Meinerz

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Timm, Paola
As representações acerca dos(as) jovens no discurso
do ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra
(1967-1968) / Paola Timm. -- 2023.
63 f.
Orientadora: Carla Beatriz Meinerz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ditadura brasileira. 2. Movimento Estudantil. 3.
Educação. I. Meinerz, Carla Beatriz, orient. II.
Título.

PAOLA ROBASKI TIMM

As representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura Tarso
Dutra (1967-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Carla Beatriz Meinerz (UFRGS)
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)
Examinadora

M^a. Amanda Gabriela Rocha Oliveira
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Durante a graduação, eu aprendi, com um grande amigo, que toda conquista é coletiva. Então a razão por este trabalho existir hoje se deve pela colaboração de muitas pessoas. Começo agradecendo à minha família que me apoiou nos momentos mais difíceis e acreditou em mim. À minha mãe, Tânia, e ao meu pai, Paulo, por terem colocado a Educação minha e a do meu irmão como prioridade em suas vidas, por nos ensinarem a lutar por dias melhores e a não desistir. Ao meu irmão, Mateus, por ser o meu companheiro de estudos, de conversas e de brigas. Também por ser o meu melhor amigo e o melhor exemplo que eu poderia ter tido de pesquisador comprometido e admirador de artes, em especial, o amor que compartilhamos pela Literatura. Ao Simba e à Brigita, pequenos grandes companheiros, que me ensinam todos os dias sobre a felicidade das pequenas coisas. À Bruna, minha cunhada, e ao Mathias, meu sobrinho e afilhado, que estão chegando agora na família e que já nos enchem de alegria por nos permitirem fazer parte de suas vidas.

Agradeço ao professor e querido amigo Enrique, não teria chegado até aqui sem o seu apoio, carinho, incentivo e amizade. Fará sempre parte da minha trajetória, pois é outro grande exemplo de pessoa íntegra e pesquisador admirável que pude conviver em seus últimos anos. Antes de partir, ele me apresentou a um grupo de trabalho ao qual hoje faço parte, carinhosamente conhecido como as "gurias da Su". Assim, lembro de Suzana, Amanda, Patrícia, Stella, Letícia, Paula e Vanessa, pessoas que conheci por intermédio do Enrique e passei a trabalhar com essas mulheres que levam a sua luta, os seus princípios e a história das ditaduras latino-americanas aos espaços por onde elas passam. Não poderia esquecer do Chico que quando chega, enche o ambiente com sua alegria e leveza. Sou muito grata ao Enrique por ele ter me apresentado a vocês. Obrigada por todas as conversas, abraços, cafezinhos e cucas. Fazer parte desse coletivo foi a coisa mais importante que a universidade me possibilitou.

Agradeço também ao pessoal do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em especial, Ananda, Erico, Fábio, Gustavo e Muara, sem vocês estes últimos anos da graduação teriam sido muito mais difíceis do que já foram.

Sou profundamente grata à Carla por me acompanhar nesta caminhada. Você e o Enrique foram imprescindíveis no processo inicial da minha prática docente, nunca os esquecerei. Espero, assim, que a nossa amizade perdure no tempo. Por fim, agradeço à banca que aceitou avaliar o meu trabalho de conclusão de curso e à universidade pública.

*68 foi barra
Plena ditadura
Plena resistência
Plena tropicália
Plena confusão*

*Foi um rebuliço lá em casa
Manifestos, passeatas
Festivais de minissaias
Meu irmão limpando a arma
Meu irmão,
E a revolução?*

*Que estava por chegar
Tão certo quanto o bem
Sempre vem e vence
Nas histórias infantis*

*Difícil de aceitar
Que o mal tenha o poder
De escrever na história
Um final tão infeliz*

E a revolução, Nei Lisbôa

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, do tempo presente, os homens presentes,
a vida presente*

Mãos dadas, Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho analisa as representações acerca dos(as) estudantes nos pronunciamentos de Tarso Dutra, enquanto representante do Estado ditatorial e ministro da Educação e Cultura, no período de 1967 a 1968. O objetivo principal da pesquisa consiste em compreender a forma pela qual os esquemas políticos da Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento operava na/pela linguagem, constatando como os pressupostos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento estiveram presentes no discurso de Tarso Dutra e em sua perspectiva educacional, bem como os elementos constitutivos do Terrorismo de Estado. A partir da Teoria e Análise de Discurso examina-se os pronunciamentos do ministro, concebidos como uma fonte de investigação privilegiada para estudar a linguagem, a ideologia e os sentidos elaborados acerca dos(as) jovens. Buscando identificar as estratégias mobilizadas por Tarso Dutra para legitimar o projeto político da ditadura na área da Educação e sobretudo como as representações dos(as) jovens foram empregadas para justificar ações do Estado ditatorial, desenvolve-se esta pesquisa. Conclui-se que, em determinados contextos, o(a) jovem aparece como uma experiência para o futuro, pois a sua formação educacional era necessária à qualificação da força de trabalho e ao desenvolvimento econômico do país. Por fim, o(a) estudante inserido no Movimento Estudantil foi representado(a) como um “problema” para a ditadura e uma preocupação às autoridades. A ditadura brasileira, portanto, esteve atenta com a juventude e, de acordo com o posicionamento político do(a) jovem, estabeleceu-se diferentes relações e representações.

Palavras-chave: ditadura brasileira; juventude; educação; Ministério da Educação e Cultura; Tarso Dutra.

ABSTRACT

This work analyzes the representations about students in Tarso Dutra's pronouncements, as a representative of the dictatorial State and Minister of Education and Culture, in the period from 1967 to 1968. The main objective of this research is to understand the way in which the political schemes of the Dictatorship of National Security and Development operated in/through language, noting how the theoretical assumptions of the Doctrine of National Security and Development were present in Tarso Dutra's speech and in his educational perspective, as well as the constitutive elements of State Terrorism. Based on Discourse Theory and Analysis, the Minister's pronouncements are examined, conceived as a privileged source of investigation to study the language, ideology and meanings elaborated about young people. This research seeks to identify the strategies mobilized by Tarso Dutra to legitimize the political project of the dictatorship in the area of Education and, above all, how the representations of young people were used to justify actions of the dictatorial State. It is concluded that, in certain contexts, young people appear as an experience for the future, as their educational background was necessary for the qualification of the workforce and for the country's economic development. Finally, the student inserted in the Student Movement was represented as a "problem" for the dictatorship and a concern for the authorities. The Brazilian dictatorship, therefore, was attentive to youth and, according to the political position of young people, different relationships and representations were established.

Keywords: Brazilian dictatorship; youth; education; Ministry of Education and Culture; Tarso Dutra.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional Nº 1
AI-2	Ato Institucional Nº 2
AI-5	Ato Institucional Nº 5
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ALCD	Acervo da Luta contra a Ditadura
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APTD	Arquivo Particular Tarso Dutra
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
<i>CIA</i>	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
<i>CM</i>	<i>Correio da Manhã</i>
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRP	Delegacia Regional de Polícia
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ESG	Escola Superior de Guerra
FMP	Frente de Mobilização Popular
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS	Seção de Ordem Política e Social
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TDE	Terrorismo de Estado
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
<i>USAID</i>	<i>United States Agency of International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Referencial teórico-metodológico	14
2.1. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, Doutrina de Contrainsurgência e Terrorismo de Estado	17
2.2. Arquivo Particular Tarso Dutra	21
2.3. <i>Correio da Manhã</i>	23
3. Movimento Estudantil e Ministério da Educação e Cultura na década de 1960.....	25
4. “Não aguento mais esta dentadura, vou deixar cair”: as representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra (1967-1968)	37
5. Considerações finais	57
Referências	59
Fontes	61

1. Introdução

A efervescência política e a radicalização dos(as) estudantes no final dos anos 1960 no Brasil já foram objetos de pesquisa de inúmeros trabalhos acadêmicos e jornalísticos, assim como está presente em diversas obras de Literatura Testemunhal, de ficção brasileira contemporânea e em produções cinematográficas. Até o momento, não encontrei um estudo que analise os discursos emitidos por representantes do Estado sobre essa geração de jovens. Em vista desta ausência, no presente trabalho, eu tenho por objetivo iniciar um estudo sobre o Movimento Estudantil (ME), as representações dos(as) estudantes e do discurso de Paulo de Tarso de Moraes Dutra, enquanto figura pública e ministro da Educação e Cultura, de 1967 a 1969. Esta pesquisa, que foi desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em História/UFRGS, insere-se no campo historiográfico da História Política e História do Tempo Presente e tem como principal fonte os pronunciamentos de Tarso Dutra.

Antes de chegar ao MEC, o gaúcho de Porto Alegre, Tarso Dutra (1914-1983), formado em Direito, ocupou cargos de deputado estadual (1947-1951), deputado federal por cinco mandatos (1951-1967) e, no momento de sua nomeação para o ministério, era presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Posterior a sua experiência ministerial, foi senador (1971-1979) e senador biônico (1979-1983). Quando decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que estabeleceu o sistema bipartidário no Brasil, Tarso Dutra passou a integrar o “partido do governo”, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), e chegou a ser presidente estadual da ARENA no Rio Grande do Sul. Não podendo ficar de fora de sua breve biografia, foi um dos revisores do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Ao longo de sua vida, reuniu consigo documentação pública, por isso, em seu arquivo particular encontra-se documentação pessoal, mas também oficial, de quando ele ocupou cargos públicos, como ministro, deputado e senador. Formando, assim, o Arquivo Particular Tarso Dutra (APTD), sob salvaguarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG).

Nesta pesquisa, tive como objetivo principal compreender a forma que a Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento operava na/pela linguagem, constatando que os pressupostos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) estiveram presentes nos discursos de Tarso Dutra e em sua perspectiva educacional; bem como, elementos constitutivos do Terrorismo de Estado (TDE) estiveram presentes em seus pronunciamentos. Então, buscou-se identificar as estratégias mobilizadas por Tarso Dutra para legitimar o projeto político da ditadura para a área da Educação e sobretudo como as

representações dos(as) jovens foram empregadas para justificar ações do Estado ditatorial, que em diversas circunstâncias violaram os direitos humanos.

Para tanto foram analisados 59 pronunciamentos de Tarso Dutra como ministro. Esses documentos encontram-se no APTD, na subsérie 3.1.1. “Discursos no país”. Em razão do tempo limitado para a realização deste trabalho, os pronunciamentos realizados em 1969 e no exterior acabaram ficando de fora. Também, por considerar que, após o decreto do AI-5, foi instaurada uma nova fase de institucionalização da ditadura, tornar-se-ia mais difícil inserir os pronunciamentos posteriores a 1968 em razão da nova conjuntura política: o ME foi praticamente eliminado pelas forças repressivas, seus líderes perseguidos e a maioria dos(as) jovens que permaneceram na militância caíram na clandestinidade e na luta armada.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo apresento o referencial teórico-metodológico da pesquisa, o qual consiste fundamentalmente na Teoria do Discurso pela vertente marxista. Por achar necessário algumas considerações gerais para o(a) leitor(a) acerca da DSND, da Doutrina de Contrainsurgência e do TDE, aproveito já esse primeiro momento para elucidar alguns pontos que têm relação com o problema da pesquisa. Por fim, falo mais detidamente sobre as fontes e aprofundo a história de como APTD chegou até o AHRs. No segundo capítulo, abordo o contexto histórico pré-golpe de 1964 e o processo histórico de institucionalização da ditadura de segurança nacional e desenvolvimento brasileira. Visando, sobretudo, historicizar o ME e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante a década de 1960. Após essas premissas iniciais, por considerar que nos auxiliam a melhor compreender e analisar as fontes, o último capítulo é dedicado para explorar os pronunciamentos de Tarso Dutra à frente do MEC, considerando os objetivos propostos na perspectiva de projetos educacionais.

Partindo do pressuposto que a linguagem não é neutra nem possui somente uma função de comunicar ideias, transmitindo uma mensagem direta enviada por um emissor a um receptor; tendo em vista que o discurso somente é possível por intermédio da língua; e considerando que o texto possui inúmeras camadas possíveis de análise – sobretudo, porque um documento sempre porta determinado discurso e significados imbuídos pelos/nos sujeitos, mas também pelas condições sócio-históricas –, analiso a construção do discurso de Tarso Dutra, acerca dos(as) estudantes e do ME no país. Por meio de técnicas de Análise do Discurso, busco compreender as estratégias utilizadas pelo ministro para convencer a opinião pública de que a realidade era o oposto do que os(as) estudantes denunciavam nas ruas do país.

Portanto, percebo a linguagem enquanto um “agente central del proceso de construcción de realidad” (HALLIDAY *apud* NAVARRO; TROMBEN, 2019, p. 297), logo, na ordem discursiva há a disputa por construção da realidade a partir da fixação de sentidos. Visto que, o discurso possui a potencialidade de influenciar os pensamentos e comportamentos dos indivíduos, podendo intencionar uma narrativa que atende aos interesses políticos e econômicos do enunciador. Assim, o estudo fundamenta-se na compreensão de que a formação discursiva em que os pronunciamentos de Tarso Dutra se enquadram como discurso político. Algumas das questões que procuro responder no último capítulo são: qual foi o discurso que o ministro Tarso Dutra procurou construir acerca dos(as) estudantes politizados(as) e do ME? Levando em conta a mobilização política da juventude nos anos em que ele esteve à frente do MEC, quais eram os seus objetivos com os pronunciamentos que realizou sobre a conjuntura política nacional? Chegou a dizer algo sobre o assassinato de Edson Luís de Lima Souto? Como os(as) estudantes foram representados(as) e como determinada representação pôde justificar ações terroristas por parte do Estado brasileiro?

Estas são algumas das indagações que me provocam a realizar uma pesquisa histórica com a documentação do APTD e a querer confrontar o seu discurso como ministro com os documentos produzidos pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), também presentes em seu arquivo particular.

A elaboração deste estudo tem como origem meu interesse acadêmico e político em estudar as ditaduras de segurança nacional e desenvolvimento latino-americanas, que marcaram o continente durante a Guerra Fria, e a promoção do TDE na manutenção do *status quo* e do modelo econômico capitalista. Dentro das temáticas possíveis de pesquisa, a dos movimentos sociais e culturais é a que mais me instiga a pesquisar. Esta motivação deve-se principalmente a um profundo sentimento de admiração e respeito por aqueles(as) que se mobilizaram no início da década de 1960 pela ampliação da democracia no Brasil e que, posteriormente, posicionaram-se contra à ditadura.

Por fim, uma última consideração.

A violência perpetrada contra os(as) estudantes de esquerda, que se opuseram ao golpe civil-militar de 1964, partiu tanto do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento como dos(as) estudantes de extrema direita. Um dia depois que a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida, em 1º de abril de 1964, os(as) estudantes conservadores, na “Marcha da Vitória”, manifestaram-se da seguinte forma: “Estudantes autênticos saúdam a UNE desejando-lhe felicidade nas profundezas do inferno”. Os *estudantes autênticos* eram os

“verdadeiros estudantes” brasileiros, aqueles que defenderam a intervenção militar, a nação e o país da “ameaça comunista”.

Assim, faz-se necessário atentar à complexidade da realidade: nem todo estudante era de esquerda ou envolvido com o ME, organizado pela UNE. Todavia, neste trabalho, são os(as) jovens estudantes, identificados com a esquerda política, participantes do ME, oponentes do golpe e da ditadura, que constituem o principal objeto de estudo. São eles e elas, que lutaram contra a repressão, a perseguição política, os expurgos, a censura etc., os principais sujeitos históricos desta pesquisa.

2. Referencial teórico-metodológico

Na “Introdução” de *Estado e oposição no Brasil* (1964 - 1984), Maria Helena Moreira Alves apresentou relevantes questões que, até a publicação de seu livro em 1984, a literatura sobre a ditadura brasileira desconsiderou-as, dentre elas:

Quais são os conceitos fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, e qual tem sido a influência desta ideologia na formação do Estado? Em que grau as premissas básicas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento impregnam o pensamento e a prática dos que estão no poder, de modo a imprimir um caráter específico às políticas do Estado? (2005, p. 34).

Partindo de sua problemática, neste trabalho, eu analiso como a influência da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) se manifestou no âmbito do discurso e da linguagem, a fim de justificar medidas discricionárias e a promoção TDE sobre a juventude brasileira. Em específico, procuro identificar se as premissas básicas da doutrina estão presentes nos pronunciamentos do ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. Tendo em vista que a institucionalização de um Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento teve efeitos diretos sobre a sociedade brasileira, quais foram as políticas de Estado, durante os anos que Tarso Dutra foi ministro, direcionadas à Educação? É possível identificar a influência das doutrinas (a DSND e a Doutrina de Contrainsurgência), bem como dos interesses capitalistas, no discurso de Tarso Dutra acerca da Educação e dos(as) estudantes? Quais foram as representações¹ construídas discursivamente acerca dos(as) jovens mobilizados para justificar a política estatal a favor da repressão do ME?

Como dado básico, os militares e civis que construíram a ditadura brasileira foram orientados preponderantemente por duas doutrinas: a DSND e a Doutrina de Contrainsurgência. Para compreender a materialização do que essas doutrinas asseguravam e o que elas orientavam para presença de um “inimigo interno”, utilizo como instrumento de análise o conceito de *Terrorismo de Estado*.

Refletir sobre “Terrorismo de Estado”, acredito que seja fundamental para entender, além de seus elementos constitutivos², a forma que ele se manifesta na ordem do discurso. Pois o terrorismo, segundo Enrique Padrós, “é apresentado, geralmente, como um produto de

¹ A partir da definição de representações proposta por Rodrigo Patto Sá Motta como “o processo de construção de ideias, signos ou imagens através do qual os homens interpretam e conferem sentido à realidade” (2000, p. 11), pressupondo que representação e construção de significados caminham juntos, a capacidade de simbolizar, de dar significado às coisas e, sobretudo, de criar significantes, são justamente esses processos cognitivos que interessam neste trabalho. Portanto, as capacidades de significar e representar não estão desvinculadas do real; porém, de acordo com quem constrói determinada representação pode potencializar aspectos existentes para produzir uma versão caricatural ou uma imagem deformada da realidade.

² Alguns dos elementos constitutivos do TDE são: tortura, violência irradiada, desaparecimento forçado, sequestro, exílio, cultura do medo, pedagogia do medo, entre outros.

atos individuais ou de pequenos grupos radicais, sejam de extrema direita ou de extrema esquerda, com finalidades que, na maioria das vezes, são de cunho político, embora também possam ser produzidos por motivações religiosas e sociais” (2005, p. 59). Na sequência, Padrós define a finalidade de um ato terrorista “incutir terror às vítimas e intimidar ou coagir a população civil, influenciar a política de um governo ou mesmo pressionar uma opinião pública que se vê insegura e desprotegida” (2005, p. 61). Novamente, me pergunto os efeitos do TDE sobre os discursos políticos e como os enunciados podem ser uma peça importante para produção do Terror.

Céli Pinto (2006) faz duas importantes observações iniciais: discurso não é pronunciamento e Análise de Discurso não pode ser confundida com análise de conteúdo. Assim, o conceito de discurso é central para desenvolver a pesquisa, porquanto a narrativa sobre um acontecimento acaba por ser uma construção discursiva, não preexistindo à determinação de um sentido. A autora, assim, destaca três condições intrínsecas à construção do discurso: 1. a precariedade, pois não existe uma essência ou algo de natural para as coisas serem como são, desta forma, podemos desconstruir discursos e modificar sentidos, por exemplo, de palavras (logo, também está imbricado um caráter de provisoriedade); 2. o êxito pelo fato de conseguirmos acompanhar uma continuidade histórica e o processo de (res)significação ao longo do tempo (diacronia); 3. a arbitrariedade que está diretamente relacionado com a primeira condição da não essencialidade. Por conseguinte, “se o sentido é provisório não é porque não se chegou ao verdadeiro sentido, mas porque não há um sentido essencial anterior ao discurso” (PINTO, 2006, p. 81), também porque em sua construção estão imbuídas determinadas intencionalidades por parte de quem profere determinado discurso.

Compreendendo os pronunciamentos de Tarso Dutra como discurso político, é possível perceber os elementos que singularizam a fala do ministro. Segundo Pinto, “todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico (...) o discurso político explicita sua luta pelo poder” (2006, p. 92). Diferentemente do discurso científico tradicional, que pretende – mesmo sem conseguir – omitir o sujeito (nesta perspectiva somente assim é possível a produção do conhecimento objetivo, visto a subjetividade como um impedimento à cientificidade), no discurso político a questão do assujeitamento é fundamental na construção enunciativa. Diante desse aspecto, o discurso político acaba por ser mais dinâmico, frágil e provisório. Por conseguinte, as pessoas (em específico, aquelas que ocupam cargos de poder, são representantes do Estado ou/e de corporações financeiras) mudam os seus pensamentos e a sua forma de se posicionar ao longo da vida, de acordo com interesses coletivos, individuais e econômicos do momento. A análise

de discurso, portanto, é um *locus* de investigação privilegiado para estudar a linguagem, a ideologia e os sentidos elaborados por esses sujeitos.

Além dessas possibilidades de análise, a partir das fontes selecionadas, é possível compreender a disputa de poder em estabelecer uma versão oficial acerca da realidade no âmbito da Educação e da Cultura, ao longo do período de 1967 a 1969. Na relação dialética entre o ministro e os(as) estudantes, também é característica do discurso político (além da luta pelo poder, como já foi dito) a parcialidade. Logo, esse tipo discursivo tem lado, classe, gênero, raça, geração, ideologia (entre outros marcadores) e acaba por se construir na negação do outro, daquele que pensa diferente ou que se encontra em uma posição política diametralmente oposta.

Um exemplo dos dias de hoje, da lógica da diferenciação e da negação, foi o que aconteceu no debate político entre os principais candidatos à presidência da República na eleição de 2022, Jair Messias Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva. Um buscou se afirmar em negação ao outro, a fim de convencer o eleitorado de que eles e seus projetos políticos são diametralmente opostos. Nesse processo de desconstrução do outro na ordem do discurso, também opera a construção de si próprio.

De forma correlata aconteceu no final da década de 1960, um período marcado pelas mobilizações dos(as) estudantes contra a ditadura brasileira. Então, esteve em confronto distintos projetos de país: por um lado a defesa, da “Revolução”, da DSND e do avanço do desenvolvimento capitalista; por outro, o fim da ditadura, a contracultura e a revolução socialista, em seu extremo oposto. Para a análise do discurso, os conhecimentos históricos são essenciais para estudar a relação entre o interdiscurso (compreende-se as condições de produção do discurso, aquilo já-dito em outro momento e lugar) e o intradiscurso (apreende-se o funcionamento do discurso em si, a relação com o sujeito e sua ideologia), pois “a formulação [ou seja, o intradiscurso] está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso” (ORLANDI, 2020, p. 33). Assim, coloca-se em suspenso a leitura dos pronunciamentos, pois a leitura não é transparente, nem transmite uma mensagem direta e unívoca a todos os públicos.

A fim de perceber o não-dito, os símbolos mobilizados para a legitimação, os significados imbuídos nas escolhas de determinadas palavras utilizadas; considerando as condições intrínsecas na construção do discurso, proponho analisar os pronunciamentos de Tarso Dutra, como ministro, por meio da Análise de Discurso. De acordo com Eni Orlandi, “a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (2020, p. 26). Esse é o referencial

metodológico da pesquisa, com o intuito de concretizar os objetivos que indiquei acima e de responder a problemática.

Em suma, analiso os discursos políticos de Tarso Dutra como ministro do MEC, por vezes, cruzando com a documentação recebida pela DSI/MEC, assim como, de outros órgãos de vigilância. A leitura de *Como eles Agiam*, de Carlos Fico, contribuiu para pensar criticamente acerca da tese de autonomia dos órgãos de espionagem e de repressão. Uma parcela dos militares defendeu-a, com o intuito de retirar as responsabilidades do alto comando militar nos casos de tortura e assassinato de presos políticos, dando a entender que os mesmos desconheciam essa realidade. Por isso, o autor destaca a subordinação dos órgãos de espionagem e repressão justamente à alta hierarquia militar. Ironicamente, se eles defendem de maneira tão firme a disciplina e o respeito à hierarquia militar, em áreas tão importantes como a inteligência, como os seus agentes teriam *autonomia*? Em vista disso, Padrós (2006) argumenta que existiu uma estrutura legal e visível do Estado, paralelamente a uma estrutura estatal clandestina. Assim, Fico sentencia que:

os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna. Foram, aliás, os oficiais-generais moderados que criaram a ideia de uma grande autonomia dos responsáveis diretos pela tortura e assassinato, com isso, talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado por omissão (2001, p. 25).

Mais do que omissão, tais ações caracterizam crimes contra os direitos humanos que, em última instância, produzem uma completa desumanização tanto dos que praticam a violência quanto dos que a sofrem. Logo, ao ser dito que não se sabia da prática de tortura ou que foram excessos de alguns militares, percebe-se “o desequilíbrio entre suas desculpas e a dimensão de dor e morte que provocaram. Mentem sabendo que mentem: estão de má-fé” (LEVI, 2004, p. 14).

Passamos a seguir para o referencial doutrinário-ideológico das Forças Armadas e dos civis que participaram do golpe e da construção do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

2.1. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, Doutrina de Contrainsurgência e Terrorismo de Estado

Com a eclosão de movimentos revolucionários, no século XX, os Estados Nacionais não estavam preparados para uma guerra não convencional. Diante dos novos desafios apresentados pela formação de movimentos revolucionários, os estrategistas militares

precisaram elaborar novas estratégias e concepções de guerra. Pois, a guerra convencional se faz contra outro Estado Nacional, ou seja, contra outro exército inimigo, que consiste em uma ameaça externa. Por sua vez, com os movimentos revolucionários agora o inimigo não é mais um exército, passando a ser o próprio povo que se insurgiu contra o Estado. Para orientar as Forças Armadas e as polícias políticas dos países que estiveram ameaçados por esse perigo, elas passaram a operar a partir de duas doutrinas: a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) e a Doutrina de Contrainsurgência.

As diretrizes da DSND, elaborada por militares estadunidenses, encontrou espaço profícuo de propagação na Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira que acarretou transformações na sociedade e no Estado brasileiro a partir da institucionalização da ditadura. Tanto militares como civis foram formados na ESG de acordo com os fundamentos ideológicos da DSND, disseminadora da ideia de uma guerra não-convencional, consistindo em uma guerra total, generalizada (guerra interna e externa) e permanente. Pois, na lógica da Guerra Fria, de bipolarização entre os EUA e a URSS, entre capitalismo e comunismo, não era mais concebível um sistema nacional de segurança e vigilância isolado. Buscava-se, assim, construir uma aliança supranacional, sem as fronteiras nacionais limitando as ações repressivas e dos serviços de inteligência, pois, agora o inimigo dos países capitalistas era o mesmo: o comunismo internacional. Todos os recursos econômicos e humanos deveriam ser mobilizados na luta contra a infiltração comunista na América Latina, em defesa da segurança nacional e dos objetivos nacionais; todos os cidadãos e todas as cidadãs eram responsáveis pela segurança interna, bem como todos(as) eram possíveis “subversivos”.

O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel ‘moralizador’, desmobilizando, com isso, a população (BORGES, 2009, p. 29).

E justamente um dos principais âmbitos que a guerra revolucionária atuaria para conquistar novos adeptos, de acordo com os ideólogos da doutrina, seria no campo das ideias:

O inimigo age principalmente no plano psicológico; a ação psicológica é a principal arma do comunismo internacional. A guerra é travada no plano das ideias. A ação do exército atinge, portanto, acima de tudo, os campos de batalha escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. A repressão e o controle visam acima de tudo esses setores. Lutando contra toda ideia crítica, os militares têm a convicção de estarem destruindo o comunismo internacional (COMBLIN, 1978, p. 49).

No contexto da Guerra Fria, segundo essa doutrina, a guerra revolucionária era a principal forma para a União Soviética alçar os seus objetivos imperialistas sobre os países do “Terceiro Mundo”. Com o intuito de conter a sua ameaça sobre os países capitalistas do continente americano, os militares desenvolveram estratégias: aqui nos importa

principalmente a estratégia psicossocial, porque os(as) estudantes foram seus alvos. A estratégia psicossocial consistiu nos métodos que a ditadura criou para normatizar, controlar e vigiar a presença do “inimigo interno” nos sindicatos, nas universidades, nos meios de comunicação e na Igreja. A “operação limpeza”, por exemplo, foi uma das estratégias psicossociais implementadas logo após a instauração da ditadura. Paradoxalmente, a justificativa da ação psicológica por parte do “inimigo” é necessária para a DSND se legitimar. É por meio da guerra psicológica que o inimigo será desmoralizado perante a sociedade e isolado dela, assegurando a sua perda de influência e a impossibilidade de ação. E a ditadura não mediu esforços para desmoralizar os seus críticos, sendo os(as) jovens do ME criticados nos pronunciamentos de Tarso Dutra. Justamente, para isolá-los(as) da sociedade e deslegitimar as suas reivindicações.

Entre a Educação e a máxima de desenvolvimento econômico, que em uma última instância promoveu a reprodução do modo de produção capitalista, havia estreitos laços. De acordo com o modelo econômico da doutrina, “os programas de educação, segundo a ESG, devem-se ocupar sobretudo com o treinamento de técnicos que participarão do processo de crescimento econômico e industrialização” (ALVES, 2005, p. 61). Portanto, a Educação deveria estar a serviço do Estado brasileiro, para que ele atingisse os seus objetivos nacionais no âmbito econômico: tornar o Brasil uma potência mundial e um país com uma economia nacional desenvolvida, contando com um setor nacional produtivo, mas também que atraísse o interesse de multinacionais em investir o seu capital no país. Considera-se importante observar que as políticas educacionais atingem, sobremaneira, as gerações mais jovens, o que torna o ME um potencial inimigo na lógica de tal Doutrina. Para tanto, fazia-se primordial garantir o controle político dos sindicatos para a extração da mais valia da forma mais eficaz e lucrativa aos empresários nacionais e internacionais. Desse modo, a Educação terá um importante papel para a promoção do projeto desenvolvimentista da ditadura, veremos, assim, nos pronunciamentos de Tarso Dutra a presença dos pressupostos da DSND.

Apesar da DSND ter sido elaborada por teóricos estadunidenses, ela não foi “copiada” e aplicada sem modificações. Ao longo do processo de institucionalização da ditadura brasileira, os militares adaptaram-na de acordo com a conjuntura política e econômica. Na construção do Estado ditatorial, eles também sofreram a influência da Doutrina de Contrainsurgência. Após um acúmulo de conhecimento de novas formas de reprimir, de controlar movimentos revolucionários, de novas técnicas de interrogatórios e de tortura, os militares franceses, a partir de suas experiências na Guerra da Argélia e na Indochina,

passaram a transmitir o seu *know-how* para as Forças Armadas do mundo ocidental, buscando auxiliá-las no enfretamento de seus “inimigos internos”:

O primado dos serviços de informação, o controle das populações civis, os interrogatórios “coercitivos” em centros clandestinos, o uso do soro da verdade, os desaparecimentos forçados de opositores, os esquadrões da morte, as execuções sumárias e a prática de jogar de um avião os “subversivos” ou “terroristas” são elementos da prática da doutrina francesa da “guerra contrarrevolucionária”, o antídoto para a “guerra revolucionária” (DUARTE-PLON, 2016, p. 37).

Da mesma forma que militares brasileiros realizaram cursos de treinamento nos EUA, tendo por molde as guerras revolucionárias, eles também passaram pela Escola Superior de Guerra de Paris, a qual era o principal centro de difusão da Doutrina de Contrainsurgência: “foi a doutrina francesa que serviu de alicerce ao *inimigo interno* e redesenhou a Doutrina de Segurança Nacional” (DUARTE-PLON, 2016, p. 37). A orientação dos militares brasileiros a partir dessas duas doutrinas, levou-os a promoção do TDE, em que a categoria de “inimigo interno” foi constantemente mobilizada para justificar a perseguição aos movimentos sociais e, à medida que a oposição à ditadura cresceu, o número de pessoas sujeitas a serem enquadradas como “subversivas” igualmente aumentou:

As Forças Armadas desencadearam uma guerra contra o “inimigo interno” que implicou numa “guerra interna”, permanente, “total” e, conseqüentemente, “suja” – ou seja, ilegal e clandestina. A necessidade de implementar as diretrizes da DSN exigiu o confronto total com a oposição numa luta sem negociações e que só poderia terminar com a destruição total e permanente do adversário (PADRÓS, 2006, p. 16).

Para promover “a destruição total e permanente do adversário”, o TDE necessitou de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos para a sua promoção. Além da categoria de “inimigo interno”, importa para este trabalho destacar também outros dois elementos constitutivos do TDE: a cultura do medo e a pedagogia do medo. O primeiro tem função primordial para que o TDE atinja sua máxima eficácia, abrangência e potencialidade. Em uma sociedade em que o Estado promove práticas de terror sobre a sua população, nem todos os cidadãos precisam ser alvo da violência direta para sentir os seus efeitos psicológicos e comportamentais, os quais são, entre outros: o silêncio, a desconfiança, a alienação, a autocensura e um clima de insegurança permanente. Por sua vez, a pedagogia do medo acaba por ensinar e fazer lembrar aqueles que quem transgredir e se opor à ditadura sofrerá severa punição, a qual poderá ser, em última instância, o desaparecimento definitivo, a eliminação completa do “inimigo interno”. Como dito anteriormente, essa categoria de “inimigo interno” expandiu durante o processo de institucionalização da ditadura brasileira, porque para atingir os objetivos nacionais, os representantes do Estado ditatorial precisavam seguir justificando permanentemente as suas ações terroristas e a sua própria existência face à população em geral.

Por conseguinte, o objetivo central do TDE é a eliminação da organização social e política, existente nos movimentos sociais; assim como, suprimir progressivamente os espaços possíveis à realização de críticas à política estatal, tanto no âmbito coletivo do espaço público, como em ações mais individuais da esfera privada. Infelizmente, aqui consiste em um de seus maiores êxitos: as próximas gerações também serão impactadas pelo TDE, pois ocorreu uma ruptura da experiência política da geração dos anos de 1960 e 1970 para as seguintes. Essa ruptura deveu-se justamente às situações de extrema violência que as ditaduras latino-americanas submeteram a sua população. O medo de falar sobre política decorre que “o TDE procurou desmobilizar a população, desestruturar suas formas de organicidade, de coesão solidária, para impedir posturas reivindicatórias pontuais ou de mudanças profundas da ordem vigente” (PADRÓS, 2006, p. 16). Assim, os efeitos do TDE têm como consequências a restrição do convívio social, da militância política e do debate político, devido ao medo e ao temor de ser considerado um “subversivo”.

2.2. Arquivo Particular Tarso Dutra

O Acervo da Luta contra a Ditadura (ALCD), sob custódia do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), foi criado por meio do Decreto estadual n. 39.680, de 24 de agosto de 1999, assinado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. A sua instituição insere-se no contexto de luta pela abertura dos arquivos da repressão, em defesa de políticas de memória e em combate ao esquecimento. Movimento coordenado por ativistas dos Direitos Humanos que se mobilizaram para exigir medidas legais por parte do poder executivo, entre essas medidas encontra-se a constituição da Comissão Especial do ALCD. O decreto estabelece as funções da Comissão e os tipos de documentação que podem compor o acervo, entre suas atribuições está: “solicitar a órgãos públicos e privados, organizações não-governamentais, particulares, principalmente as com atuação na área das comunicações, o fornecimento de cópia de seus arquivos ou documentos relativos ao mencionado período”.³

Cumprindo as atribuições estabelecidas por decreto, a Comissão reuniu a documentação das delegacias regionais de polícia (DRP), da Seção de Ordem Política e Social (SOPS); contudo, somente constam documentos provenientes de dez SOPS, sendo que existiram vinte e quatro. Integrando o fundo Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS), pode-se localizar documentos enviados pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) às DRPs e delegacias do interior do estado. Esses

³ RIO GRANDE DO SUL, 1999.

documentos, infelizmente, foram os que sobraram, pois, Amaral de Souza (na época era o governador do Estado) ordenou a queima oficial, em 27 de maio de 1982, do arquivo do DOPS/RS, dias após a extinção do órgão de repressão política. Atualmente, o ALCD é composto por fundos públicos, como a documentação proveniente da SSP/RS e da Casa Civil, tal como constituído por arquivos particulares, perfazendo trinta o total deles.

Além do fundo da SSP/RS, também faz parte do acervo o Arquivo Particular Tarso Dutra (APTD). A documentação que compõe o APTD foi resultado, primeiro, do interesse de Tarso Dutra em guardá-la, por ter documentos comprometedores de suas ações em cargos públicos; segundo, daquilo que resistiu ao tempo, pois, a documentação esteve por muito tempo abandonada. Em 2004, após um arrombamento do sítio pertencente à família de Tarso Dutra, em Eldorado do Sul (RS), descobriu-se milhares de documentos enviados, em caixas, por assessores de Brasília aos seus familiares após o falecimento de Dutra. Na sequência do aparecimento desses documentos ser noticiado pelo jornal *Zero Hora*, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos estabeleceu uma Comissão para definir quem deveria ficar responsável por tais documentos. Em um primeiro momento, os familiares de Tarso Dutra não se pronunciaram, passando a custódia para o AHRS, em 2006. Contudo, posteriormente, a família abriu uma ação judicial para impedir a disponibilização do acervo ao público. O processo estendeu-se até 2011, quando a família perdeu a causa em última instância.⁴

Retomando o trabalho de organização arquivística, interrompido após abertura do processo judicial, foi necessário um profundo trabalho de higienização e de restauro, sobretudo, porque os documentos, devido à invasão da propriedade, foram pisados, sujos de lama, rasgados, amassados, alguns conservam as marcas de sapato, já outros foram destruídos definitivamente.

Para o presente trabalho selecionei documentos pertencentes ao subfundo 3 (Ministro de Educação e Cultura), às séries 3.1 (Discursos) e 3.5 (Terrorismo de Estado). A série 3.1 encontra-se dividida em duas subséries: os pronunciamentos realizados em âmbito nacional (3.1.1) e internacional (3.1.2). Ademais, escolhi também como fonte documentos que foram classificados na série 3.5, entre os quais estão os pareceres funcionais, pertencentes à subsérie 3.5.1 (DSI/MEC). Minha intenção ao fazer uso desses documentos é cruzá-los com a narrativa de Tarso Dutra, que publicamente defendeu a existência de uma normalidade de liberdades democráticas e autonomia dentro das universidades. Tenho lucidez acerca do fato

⁴ BARCELLA, Grazielle Araujo. *Terrorismo de Estado: análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso Dutra*. Monografia (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

de que são muitos documentos para um TCC, porém darei os primeiros passos analíticos nesse momento e apontarei possibilidades de seguimento para possíveis pesquisas e pesquisadores(as).

Portanto, esses documentos foram selecionados para integrar o corpus da pesquisa, porque a partir deles posso analisar a disputa de poder existente em torno da construção narrativa da realidade, ao longo do período de 1967 a 1968. Afinal, apesar do ministro querer falar com os(as) estudantes diretamente em seus pronunciamentos, ele atingiu um público muito mais amplo. Tendo em vista o contexto histórico, período de intensa mobilização dos(as) estudantes, da UNE (apesar de estar na ilegalidade) contra a ditadura, estava em disputa a defesa da “Revolução”, da DSND e do desenvolvimento capitalista.

2.3. *Correio da Manhã*

O *Correio da Manhã* (CM) foi fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt, e chegou, entre as décadas de 1950 e 1960, a ser um dos jornais impressos mais importantes do país, deixando de funcionar em 1974, por conta de sua relação crítica com a ditadura. Ao longo de sua existência a relação do CM com *establishment* passou por diferentes momentos: por vezes apoiando um partido conservador (por exemplo, a União Democrática Nacional (UDN)); por ora, defendendo estado democrático de direito e opondo-se a tentativa de golpe de Estado em 1961 contra um político trabalhista, o João Goulart, conhecido como Jango.

Porém, em 1964, após o Comício da Central do Brasil e a decisão de João Goulart de conceder anistia aos marinheiros que se revoltaram, desrespeitando a hierarquia militar, o CM passou a defender o afastamento do presidente:

Os redatores do CM, da mesma maneira que muitos outros atores políticos, tinham como objetivo tão somente retirar João Goulart da presidência da República – e não instaurar o autoritarismo no país. Logo os redatores perceberam que suas expectativas foram frustradas: havia uma ditadura. No dia 3 de abril, denunciando as perseguições e as prisões arbitrárias a mando do governador Carlos Lacerda, a manchete do jornal dizia: “Terrorismo não” (FERREIRA, 2020, p. 7).

Apesar de ser um jornal identificado com a ideologia liberal-conservadora e com a burguesia nacional, após a implementação da ditadura, tornou-se reconhecido por parte da esquerda como veículo de oposição ao Estado ditatorial e crítico às medidas autoritárias.

Na hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital encontram-se disponíveis as edições do CM digitalizadas. Além desta facilidade de consultar os jornais sem precisar ir a um arquivo, há a possibilidade de localizar nos documentos palavras-chave. No contexto desta pesquisa, busquei por “Tarso Dutra” e encontrei 1.552 ocorrências. Em vista da impossibilidade de

olhar todas as menções a seu nome, eu limitei a análise para os anos de 1967 e 1968. Mesmo com essa restrição, ainda eram muitos documentos a serem examinados e, infelizmente, acabei conseguindo ver somente as notícias do primeiro semestre após Tarso Dutra assumir o MEC.

Esse movimento de ir atrás das notícias que foram publicadas na imprensa da época, resultou da necessidade de compreender o contexto de produção do discurso de Tarso Dutra. Uma vez que os pronunciamentos do ministro eram falas oficiais com interditos acerca de determinados assuntos, a fonte se apresentou limitada para responder às questões que surgiram ao longo do trabalho. O historiador Eduardo Chammas (2012) pesquisou em seu mestrado o papel da imprensa no golpe de 1964 e durante os quatro primeiros anos da ditadura. Entre as possibilidades existentes, ele selecionou os editoriais dos dois jornais mais importantes da época: o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*. Uma das ponderações que o autor realizou sobre analisar a imprensa como fonte, consiste em perceber a transformação operada no século XX: “os órgãos de comunicação tornaram-se também órgãos de poder” (CHAMMAS, 2012, p. 14), capazes de influenciar a agenda de debates públicos.

Não tenho o objetivo de analisar o discurso jornalístico construído pelo *CM* a respeito dos eventos noticiados que Tarso Dutra foi citado, mas intentar compreender as relações entre o interdiscurso e intradiscurso; bem como identificar a capacidade da imprensa em influenciar o discurso de um representante da ditadura

Após apresentar o referencial teórico-metodológico e as fontes utilizadas ao longo da pesquisa, passamos para o próximo capítulo que trata do contexto histórico.

3. Movimento Estudantil e Ministério da Educação e Cultura na década de 1960

A presença do Movimento Estudantil (ME) no cenário político brasileiro, ao longo da década de 1960, foi fonte de profunda preocupação para as autoridades públicas e para as Forças Armadas. O intenso processo de politização das camadas populares, a expansão da Educação Básica e do Ensino Superior e o imperativo de desenvolvimento econômico capitalista ocorreram em um momento de reformulação do papel da Educação para o Estado e para a sociedade. Concomitantemente, os(as) estudantes universitários(as) defendiam a necessidade de uma reforma universitária.

As origens do movimento localizam-se na década de 1950, quando justamente um maior número de brasileiros(as) passam a ingressar nas universidades do país. Em 1945, havia 27.253 estudantes matriculados no ensino superior; cinco anos depois, o número tinha crescido para 72 mil; em 1960, já eram 93 mil; e em 1964 chegava na cifra de 142 mil matrículas universitárias.⁵ Segundo João Roberto Martins Filho, até o ano de 1956 não existia expressivas mobilizações contestatórias por parte dos(as) discentes, pois, a diretoria da UNE, entidade fundada em 1937, era formada por estudantes de direita, conservadores e pertencentes à elite. Por outro lado, iniciava-se, em 1955, um período de crescimento da esquerda dentro do ME, passando “a expressar com mais clareza a insatisfação daquelas classes médias que estavam dentro da universidade, fazendo-se porta-voz dessa insatisfação” (MARTINS FILHO, 2014, p. 97). Uma das insatisfações que mais mobilizou a comunidade estudantil, foi a necessidade de reformar a universidade. A juventude buscava, principalmente, aproximar as instituições de ensino com a realidade do país e permitir uma maior participação dos(as) estudantes nas decisões que ocorriam dentro das universidades.

Em 1961, é realizado o primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária. Evento organizado pela diretoria da UNE – principal entidade representante do ME, em conjunto com as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Tal seminário insere-se em um contexto de intensa participação da juventude estudantil nos âmbitos político e cultural do país. Esse processo iniciou-se no governo de Juscelino Kubitschek, radicalizou-se durante o governo de João Goulart e foi interrompido com o golpe civil-militar de 1964. Mas antes desse desfecho, a juventude brasileira viu surgir uma democracia aberta para conflitos político-ideológicos e para manifestação popular. Era

⁵ Dados sobre o número de estudantes no ensino superior extraídos de MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

tempo de sonhar com um outro mundo, em que o capitalismo seria superado. A Ação Popular (AP)⁶ ganhou três eleições seguidas para a presidência da UNE. À medida que se intensificaram as crises política e econômica, durante o governo de Jango, os(as) estudantes, junto com os demais movimentos sociais, pressionaram o presidente em exercício para pôr fim a política de conciliação com os conservadores.

Evidenciando o poder político da UNE naqueles anos, na edição d’*O Cruzeiro*, de 25 de agosto de 1962, há uma charge de Appe com Nikita Khrushchov telefonando para o Brasil e pedindo não para falar com o presidente da República, mas sim com o da UNE. Essa visão tem a ver com o fato de que a UNE conseguiu realizar, no contexto de publicação da charge, a primeira mobilização estudantil de amplitude nacional. Esta foi a “Greve do um terço”, na qual os(as) universitários(as) reivindicavam maior participação nas decisões referentes à universidade e ao ensino superior, mais precisamente exigiam que os órgãos governativos das instituições fossem compostos por um terço de estudantes, assim como nos conselhos estaduais e federal.⁷ Eles(as) interpretavam que somente dessa forma, tendo um terço dos assentos na direção da universidade, iriam conseguir levar adiante o seu projeto de reformar a universidade e a legislação⁸, sobretudo, porque “os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo e que era preciso *ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base*” (GUIMARÃES, 1962, p. 20-2 *apud* SANFELICE, 2015, p. 133). A greve estendeu-se por três meses e, infelizmente, terminou sem alcançar o seu objetivo, porém, a formação política e a experiência adquirida pelos(as) estudantes, no início da década de 1960, contribuíram para que eles(as) fossem enquadrados durante a ditadura como “inimigo interno”.

Apesar do Brasil não ter sido um dos países protagonistas da Guerra Fria, não é possível compreender o golpe de 1964 e o reconhecimento da ditadura brasileira por parte dos países ocidentais, ignorando o contexto mundial de polarização ideológica e de lutas de classe. A partir do início dos anos 1960, o território brasileiro passou a ser visto pelos Estados Unidos como uma importante zona de influência, através da qual eles deveriam assegurar a sua hegemonia imperialista sobre o continente latino-americano. Principalmente após o sucesso

⁶ De acordo com Jacob Gorender, os(as) estudantes católicos(as) da AP, no final dos anos 1950, aproximaram-se da ideia de revolução socialista, a qual deveria ser concretizada a partir do movimento de massas e por isso eles atuaram diretamente na política nacional, nos movimentos sociais e em defesa das reformas de base. Sendo no movimento universitário que ganhará protagonismo: “No começo dos anos 1960, a AP se afirma como corrente forte e as diretorias eleitas, de 1961 a 1963, sob a presidência dos militantes da AP Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brant e José Serra, vão sair da aliança entre o PCB e a AP” (GORENDER, 2014, p. 44).

⁷ “Os universitários param em todo país”. *Memorial da Democracia*. Disponível em:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/universitarios-param-em-todo-pais>. Acesso em: 06/02/2023.

⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. cit.*, p. 99.

das revoluções cubana e chinesa, as quais representariam um risco às democracias ocidentais, capitalistas e de valores cristãos. O medo (ir)real da infiltração do comunismo internacional em setores da sociedade levou a criação de estratégias política, econômica, cultural e militar para impedir o alastramento de “ideias subversivas” e de “infiltrados” na América Latina.

Os setores da sociedade nos quais supostamente estariam mais presentes as “ideias subversivas” e os “infiltrados comunistas” seriam os movimentos estudantil e sindical. Ambos movimentos com suas reivindicações e aproximações com ideias comunistas fizeram com que seus militantes fossem percebidos como os principais representantes desse “perigo vermelho”, os quais colocariam – na ótica dos ideólogos da DSND – em risco a sociedade como um todo. Para deter o aumento de militantes de esquerda e reduzir as possibilidades de instauração de processos revolucionários na América Latina, os EUA promoveu o projeto “Aliança para o Progresso”⁹. Os estadunidenses diagnosticaram que as desigualdades socioeconômicas e a miséria profunda eram comburentes incendiários para a promoção de novos focos revolucionários. Os planejadores da política externa dos EUA atuaram justamente na elaboração de projetos sociais e na transferência de capital internacional para buscar minimizar as desigualdades e para combater a presença do comunismo no continente. Assim,

os Estados Unidos buscariam apoiar economicamente a América Latina tendo em vista a diminuição da pobreza (vista como causa das aspirações socialistas) e a melhoria de sua imagem, mas não admitiriam a implantação de “outra Cuba”, mesmo que fosse preciso adotar ações unilaterais e invasões. O fortalecimento de governos militares na região também seria visto como admissível e desejável, tendo em vista o combate ao comunismo (FICO, 2014, p. 26).

Contudo, essas iniciativas foram pouco expressivas e não modificaram em quase nada a condição econômica da classe trabalhadora brasileira. Fazia-se cada vez mais urgente a implementação de reformas profundas na sociedade brasileira, desde mudanças na estrutura administrativa do Estado até a necessidade de promover uma reforma agrária, por exemplo. De forma conturbada e um tanto desesperada, o governo de Jango buscou promover as chamadas reformas de base:

Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social (...) O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da

⁹ Criado em 13 de março de 1961, o governo de John Kennedy procurou melhorar a imagem dos EUA no Brasil, por meio de realizações de obras de infraestrutura e de investimentos na área de segurança pública, por exemplo. O período de maior operacionalidade foi após o golpe, chegando ao seu fim durante o governo de Richard Nixon, marcado por implementar uma política externa para a América Latina mais pragmática do que propagandística. Portanto, a relação entre os EUA e o Brasil modificou-se ao longo dos anos, sendo o período de 1961 a 1968, no qual a região recebeu maior atenção devido ao risco de ocorrência de novos movimentos revolucionários como o cubano (FICO, 2008).

economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas (FERREIRA, 2004, p. 184).

O mandato de presidente da República de Jango iniciou após Jânio Quadros renunciar à presidência após apenas 7 meses de posse. Jango encontrava-se em uma missão diplomática na China Popular, quando recebeu a notícia que deveria retornar ao Brasil para assumir o cargo de presidente. Em mais uma manobra dos setores golpistas da sociedade brasileira, dirigida pelos militares, em 1961, aconteceu a primeira tentativa de golpe contra Jango. Para assegurar o respeito à democracia e à Constituição de 1946, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizou a Campanha da Legalidade. O movimento de resistência, congregando forças civis e militares, teve importância fundamental: conseguiu garantir a legalidade democrática, a posse de Jango e deter o movimento golpista, por ora. Como medida para resistir ao golpe, a UNE decretou greve geral dos(as) estudantes e deslocou a diretoria para o Rio Grande do Sul.¹⁰

Como condição para Jango tomar posse, estabeleceu-se que o regime político deixaria de ser presidencialista e passaria a ser parlamentarista. Com os poderes tolhidos, Jango assumiu a presidência não podendo implementar o seu projeto político e econômico nacional-reformista. Logo, teve muita dificuldade em governar e sofreu com uma intensa campanha de desestabilização promovida pelos mesmos setores da sociedade que não quiseram a sua posse. Políticos, instituições de fachada (complexo IPES/IBAD¹¹), veículos de comunicação e empresários articularam-se para solapar qualquer possibilidade do governo obter sucesso na promoção das reformas de base. Financiados pelos EUA, o golpe civil-militar, que se concretizou em 1964, teve a participação dos mesmos protagonistas que conspiraram contra o governo de Jango em 1961 e, dessa vez, conseguiram construir uma base de apoio dentro das Forças Armadas e em setores populares. A intervenção deu-se em nome da Democracia, da Família e de Deus, para impedir a instauração de uma ditadura

¹⁰ SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. In: *Revista Simbio-logias*, v. 8, n. 11, dez./2015.

¹¹ Para conhecer o “inimigo”, identificar os líderes e os participantes de movimentos sociais, a atuação dos infiltrados teve papel essencial na coleta de informações em setores estratégicos da sociedade (instituições de ensino, sindicatos, igreja católica, organizações culturais e cívicas da classe média). Ligados ao IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), eles produziram informações que contribuíram para o planejamento da conspiração contra o governo e, posteriormente, as fichas serviram para a formação da base de dados do SNI (Serviço Nacional de Informações). Assim, Maria Helena Moreira Alves caracteriza da seguinte forma a atuação do IPES, IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e ESG (Escola Superior de Guerra): “O complexo ESG/IPES/IBAD mantinha estreito contato com funcionários americanos e recebia recursos financeiros de muitas corporações internacionais e nacionais. Constituíam o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo” (2005, p. 30). E suas ações iam desde transmitir filmes anticomunistas, que associavam Jango ao comunismo, para os(as) operários(as) até o financiamento de campanhas de candidatos de oposição

sindicalista e a comunização do país. Essa era a representação do governo de Jango por esses setores, mesmo ele sendo um homem capitalista e latifundiário.

Somente a possibilidade de ampliação da democracia e as propostas de reformas, as quais eram essenciais para o próprio desenvolvimento capitalista, a elite nacional viu os seus interesses econômicos ameaçados. A possibilidade de perda de privilégios foi o suficiente para defender um golpe profundamente antidemocrático, um golpe contra a participação da classe trabalhadora na política nacional.

Na mesma edição da *Revista Brasileira de História*, Caio Navarro de Toledo e Jorge Ferreira publicaram “1964: O golpe contra as reformas e a democracia” e “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”, respectivamente. Ambos buscaram compreender a conjuntura política, socioeconômica e cultural que o Brasil estava inserido no contexto do pré-golpe, tendo em vista que, na época da publicação, o evento completou 40 anos do ocorrido. Cada um dos autores reconstituiu o processo histórico dando ênfase para diferentes protagonistas. Toledo argumenta que o golpe civil-militar representou um ataque às reformas sociais, propostas pelo governo de Goulart e defendidas por amplos setores da sociedade brasileira, e um golpe à incipiente democracia política burguesa. Assim, trouxe para o centro de sua análise o movimento organizado pelos setores golpistas da sociedade, que manifestaram um profundo desapeço pela democracia, bem como, um desprezo pela participação popular e a sua influência na política nacional. Considerando que o período de 1961 a 1964 foi o momento em que o processo de luta de classes no Brasil intensificou-se e as classes dominantes e dominadas entraram em um embate direto, em seu artigo, Ferreira tem como objetivo compreender o papel representado pelas esquerdas no processo de polarização política que teve como desfecho um golpe de Estado. Desta forma, o autor mapeou os diversos setores da esquerda (os(as) estudantes, os(as) sindicalistas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, os(as) intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os subalternos das Forças Armadas etc.) que, no início de 1963, se reuniram na Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança de Leonel Brizola.

Em 1963, após o resultado do plebiscito que 83% dos(as) votantes decidiram pelo retorno ao presidencialismo, Jango finalmente assumiu a presidência com amplos poderes.¹² Frente a essa vitória, Goulart acreditou ser capaz de enfrentar as crises política e econômica que assolavam o país.

¹² WESTIN, Ricardo. No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. *Senado Federal*, Brasília, 2 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>. Acesso em 21/01/2023.

No âmbito econômico, o governo propôs o *Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965*, elaborado pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado, e pelo Ministro da Fazenda, San Thiago Dantas. O plano econômico tinha como metas estabilizar a inflação e promover o desenvolvimento. No fim das contas, o governo de Jango não conseguiu promover nem uma coisa nem outra. Por outro lado, tais medidas acirraram os ânimos contra o governo. As críticas começaram a surgir primeiro nos sindicatos. Devido aos efeitos sobre os salários das classes populares, após a eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo, os(as) trabalhadores(as) e os(as) estudantes passaram a condenar o Plano Trienal – antes mesmo de acabar o ano, já era conhecido por todos(as) o seu fracasso.

Desta forma, a defesa das reformas de base tornou-se urgente, tanto para o governo quanto para os movimentos sociais. Neste contexto de crise política e econômica, a FMP, representada por Brizola, acreditava que o momento decisivo de radicalização política estava cada vez mais perto e era necessário que as esquerdas estivessem preparadas para tomar o poder, senão, a direita o tomaria. Então, passaram a atacar o posicionamento conciliatório do presidente com o Congresso Nacional, que era contrário às reformas de base, e a promover um confronto aberto contra as direitas. De acordo com Toledo (2004),

diante de insinuações de que os setores progressistas e de esquerda – pela intransigência de suas demandas e ações – também devem ser responsabilizados pelo desfecho dos acontecimentos de abril de 1964, é preciso sempre lembrar e ressaltar que quem planejou e desencadeou o golpe contra a democracia foram as classes dominantes através de suas forças políticas e entidades de classe (p. 24).

Portanto, o golpe foi promovido contra a ampliação da democracia, contra as reformas sociais e contra a politização da classe trabalhadora. Desde a posse de Jango, os militares, a imprensa, os empresários e os EUA enxergaram o presidente como uma ameaça aos seus interesses, pelo fato de uma possível implementação de uma ditadura para se manter no poder. Essa representação não era nova, vinha desde quando Goulart era ministro do Trabalho, Indústria e Comércio durante o governo de Vargas, de 1953 a 1954, e promoveu o aumento de 100% do salário mínimo.

Apesar da propaganda anti-Jango e do movimento conspiratório, o presidente deposto tinha mais de 70% de aprovação popular, de acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), realizada entre os dias 20 e 30 de março de 1964.¹³ Em 1963, após o resultado do plebiscito que restaurou o presidencialismo no país, os(as) brasileiros(as) foram perguntados(as) sobre a sua intenção de voto para a eleição presidencial

¹³ Jango tinha 70% de aprovação às vésperas do golpe de 64, aponta pesquisa. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 28 de março de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/429807-jango-tinha-70-de-aprovacao-as-vesperas-do-golpe-de-64-aponta-pesquisa/>. Acesso em 21/01/2023.

de 1965 e Jango apareceu liderando a pesquisa, com mais de 50% de votos na frente de seu principal oponente, Juscelino Kubitschek. Desta forma, para os setores conservadores a manutenção do *status quo* passou a depender de uma intervenção direta no processo democrático, pois, se a pesquisa estava correta, eles não se veriam livres de Jango tão cedo. Então, se fazia necessário retirá-lo do poder de qualquer forma.

O contexto de Guerra Fria, o anticomunismo e a ameaça do comunismo internacional foram mobilizados para justificar o golpe de 1964. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014a) analisou os resultados das pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE durante o ano de 1964, a fim de apreender até que ponto segmentos da sociedade apoiaram o golpe e a implementação da ditadura. Em um primeiro momento, Motta examinou as pesquisas realizadas entre os dias 20 e 30 de março em São Paulo, na capital e em duas cidades do interior, Araraquara e Avaí.

Um dado bastante revelador é que na véspera do golpe, mesmo após o comício da Central do Brasil, em que foram defendidas eloquentemente as reformas de base, Jango ainda conservava uma avaliação positiva sobre o seu governo, chegando a ter a porcentagem de 72% daqueles que consideravam o seu governo ótimo, bom ou regular, isso em São Paulo. E os mesmos entrevistados responderam que as reformas de base eram urgentes (40%), sendo somente 7% que as achavam desnecessárias. Por outro lado, outras perguntas foram realizadas acerca da presença do comunismo no país e o perfil dos(as) entrevistados(as) mostrou-se majoritariamente anticomunista. Logo, neste momento, o governo de João Goulart e as reformas de base não eram vinculadas com um projeto político comunista. Porém, em maio, a opinião pública se posicionou contrariamente ao governo de Jango, apoiando a sua deposição e os expurgos políticos, principalmente quando os atingidos eram militantes de esquerda. Assim, Patto conclui que “o grande temor não eram as reformas, tampouco uma indisposição inata contra João Goulart (...) O grande medo foi provocado pela sensação de existência de ameaças radicais à ordem social e política, temor que foi verbalizado em linguagem anticomunista” (2014a, p. 20). Esse feito realizado de forma eficientemente rápida – num intervalo de pouco mais de dois meses, fez com que a opinião pública mudasse radicalmente seu posicionamento em relação ao governo de Jango, passando a associá-lo com uma ameaça comunista e à ordem – deveu-se às estratégias discursivas da grande mídia e das entidades conservadoras para promoção de uma propaganda ostensiva contra Jango, associando-o (assim como os movimentos sociais) ao comunismo.

Após o golpe, iniciou-se o processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que teve como um dos principais objetivos eliminar qualquer

oposição às medidas tomadas pelo governo ao seu projeto econômico. Para tanto, foi preciso desenvolver estratégias, orientadas pela DSND, com o objetivo de eliminar qualquer foco de contestação ou de oposição à ditadura em diferentes setores da sociedade, até mesmo no meio militar. Assim, realizou-se uma “Operação Limpeza” para afastar do poder todos(as) que defendessem a democracia e o governo do Jango, visando suprimir possíveis “inimigos internos”. Políticos, militares, professores, servidores públicos, foram atingidos pelo Ato Institucional n. 1, afastados de seus cargos e foram alvos dos Inquéritos Policial-militares (IPMs). Somente com a acusação num IPM, o investigado poderia sofrer com uma série de perseguições, incluindo a possibilidade de ser detido e torturado, de perder os seus direitos políticos por dez anos e, no caso dos militares, de ser passado para a reserva.

A ditadura foi se estabelecendo, com momentos de intensificação das ações repressivas e de ciclos de liberalizações, com concessões de alguns dos direitos exigidos pela oposição, com promessas de retorno à democracia e, conseqüentemente, de devolução do poder aos civis, a fim de diminuir a tensão social criada pelo ciclo de repressão.

No âmbito universitário, sob o comando do MEC, foram instaladas comissões especiais de inquérito em todas as universidades brasileiras. Os IPMs “eram recomendados para minar uma suposta atuação subversiva na universidade, agindo juntamente com as manobras de busca e detenção” (LIRA, 2010, p. 63). Já que, segundo os militares, “os IPMs eram necessários para erradicar a penetração de agentes comunistas que se valiam de instituições de ensino para ‘conquistar as mentes’ do povo” (ALVES, 2005, p. 80), caracterizando como uma estratégia indireta da União Soviética para estender a sua influência imperialista. Dentro da burocracia civil do Ministério ocorreram 67 expurgos em 1964 e entre os anos de 1965 e 1967 foram mais 15 atingidos, totalizando 82 pessoas expurgadas do MEC (em comparação com o número de atingidos nos demais órgãos administrativos, no período de 1964 a 1967, a porcentagem referente ao MEC é de 5,3%) (Dossier do Ministério da Aeronáutica *apud* ALVES, 2005, p. 77).

Os recuos e avanços da repressão ao ME deveu-se à constante reorganização dos(as) estudantes de acordo com a conjuntura política. Ao mesmo tempo que o ME e suas entidades representativas eram atravessadas pelas medidas autoritária-repressivas, o Estado de Segurança Nacional era atingido pela oposição em uma relação dialética, em que um alterava o outro de forma assimétrica.¹⁴ Para o Estado “foi um processo contínuo de reformulação de planos e normas e de expansão da abrangência do poder coercitivo” (ALVES, 2005, p. 64).

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 375.

Os planos e as estratégias de enfrentamento ao ME modificaram-se ao longo do período de 1964 a 1968. O segundo ministro, posterior ao golpe, a assumir o MEC foi Flávio Suplicy de Lacerda, o qual foi responsável pela redação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro, e, conseqüentemente, pela extinção da UNE. A Lei nº 4.464 (mais conhecida por “Lei Suplicy”) dispôs os novos órgãos de representação dos(as) estudantes e estabeleceu as suas funções. Acerca das novas entidades estudantis promoveram-se as seguintes alterações: o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) substituiu a UNE; o mesmo se passou com as UEE e os centros acadêmicos, que foram transformados em diretórios. No artigo 1º é definido as finalidades dos órgãos representativos, destaque alínea *d*: “organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da universidade”.¹⁵ Não constando entre as responsabilidades das entidades estudantis a realização de reuniões para discutir a política nacional e a conjuntura econômica; portanto, elas deveriam se deter a promoção de atividades recreativas ou tarefas administrativas. Medida esta que é reiterada no artigo 14: “é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário”¹⁶; e tal como aparece no artigo 10 que o DNE poderá, durante o período de férias, realizar reuniões com os(as) estudantes, a fim de promover “debates de *caracter* [sic] *técnico*”.¹⁷ Torna-se evidente que a “Lei Suplicy” veio para “eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente dos estudantes” (LIRA, 2010, p. 63), sobretudo, porque em seu último artigo revogou o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, que reconheceu a UNE “como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior”.¹⁸ Com a nova legislação se materializou uma estrutura das entidades de representação dos(as) estudantes fortemente hierárquica e controlada pelo MEC.

Durante os anos seguintes, a UNE, apesar de estar na clandestinidade, seguiu atuando. A entidade recusava as atribuições estabelecidas aos órgãos de representação dos(as) discentes e a impossibilidade de manifestação política do ME, bem como o controle do MEC sobre os diretórios. Assim, a entidade colocou como prioridade recuperar a sua sede, realizar um congresso nacional para reorganizar o ME e derrubar a “Lei Suplicy”. Entre os anos de 1967 e 1968, a UNE reorganizou o ME, que ganhou força no ano de 1968 e articulou-se com outros setores da sociedade e movimentos sociais (principalmente, com o sindical-operário).

¹⁵ BRASIL, 1964.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ *Idem* (grifos da autora).

¹⁸ BRASIL, 1942.

A oposição à ditadura tornava-se cada vez mais ampla e atraindo instituições, políticos, civis, que antes faziam parte da sua base de apoio e de legitimação, como a Igreja Católica e a classe média. A mudança de posicionamento político deveu-se às medidas e à política adotadas, como os sucessivos Atos Institucionais decretados, dentre os quais a nova Constituição de 1967, que englobou muitas de suas medidas excepcionais em suas disposições legais; o adiamento da eleição presidencial em 1965, não devolvendo o poder do executivo aos civis como era esperado; e as denúncias de tortura praticada nos presos políticos. Os sentimentos de indignação e de revolta foram canalizados com o assassinato brutal do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro. Evento que desencadeou uma série de manifestações:

Em consequência do assassinato, foram realizadas manifestações em todos os grandes centros do país. Durante a realização destas manifestações, dezenas de estudantes e populares foram gravemente feridos e somente no Rio de Janeiro foram presos 321 manifestantes. Um estudante e um popular foram mortos no Rio. Em Goiânia foi morto um estudante com um tiro de fuzil na cabeça; outros dois foram gravemente feridos dentro da Catedral, onde conversavam com o Arcebispo (VECHIA, 2013, p. 124).

Sendo assim, nos anos de 1967 e 1968, o ME insere-se num contexto de retorno às manifestações de rua. Em um primeiro momento, utilizam a estratégia de “comícios-relâmpago”, pequenas e rápidas demonstrações públicas para mostrar que a oposição estudantil ainda existia. Na medida em que o número de opositores aumentou, a possibilidade da ocorrência de um movimento de massa, reunindo amplos setores da sociedade civil, tornar-se-á cada vez mais próxima da realidade.¹⁹ E as pautas dos(as) estudantes eram inúmeras, evidencio as principais: 1. fim dos expurgos de professores e professoras das universidades; 2. defesa da autonomia universitária; 3. luta pela revogação da “Lei Suplicy”; 4. revisão da reforma universitária; 5. oposição às políticas econômicas de desenvolvimento.

Em 15 de março de 1967, neste contexto de efervescência política, Paulo de Tarso de Moraes Dutra assumiu – no mesmo dia que o ditador Costa e Silva tomou posse da presidência da República – como ministro da Educação e Cultura e permaneceu no cargo até 3 de novembro de 1969. Durante este período, foi responsável por promover uma série de mudanças no ministério e no âmbito das políticas educacionais. Menos de um mês antes de Tarso Dutra assumir a pasta, em 25 de fevereiro, foi decretado a “Lei de Reforma Administrativa” (Decreto-Lei nº 200) e, em seu art. 39, definiu os assuntos que competem a cada Ministério, sendo o MEC responsável pela área da I) Educação, ensino (exceto o militar)

¹⁹ ALVES, *Op. cit.*, p. 142.

e magistério; II) Cultura, letras e artes; III) Patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico; IV) Desportos.²⁰ Em decorrência do amparo legal do artigo 29 do DL-200, as instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Agricultura passaram à responsabilidade do MEC, a partir do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.

Na análise de Jaime Mansan, a participação do MEC nos IPMs e nos expurgos de 1964 foi indireta, sobretudo, porque foi a Comissão Geral de Investigações (CGI) responsável por promover as investigações sumárias e a execução da “Operação Limpeza” nas universidades ficou encargo das Comissões Especiais de Investigação Sumária. Contudo, o autor evidencia a mudança operada por meio do art. 29 do DL-200, que dispôs para cada Ministro de Estado, dos Ministérios Civis, a assistência de uma DSI, a qual colaborou com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o SNI. A partir da criação da DSI/MEC e das Assessorias de Segurança e Informações (ASI):

foi o início de uma crescente intervenção do MEC no controle do campo do ensino superior (...) o ministério passou a exercer diretamente funções de vigilância, bem como a coordenar (...) a aplicação de determinadas medidas punitivas, como o expurgo, por exemplo. Esse novo padrão de ação foi reforçado a partir da constituição da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC), em 10 de janeiro de 1969, cuja finalidade era cumprir, de modo centralizado e sob comando direto do Ministro da Educação e da Cultura, as funções cumpridas em 1969 pelas CEIS (MANSAN, 2010, p. 80).

Ademais, o MEC passou a interferir na contratação e na demissão de docentes, reitores, diretores, técnicos, entre outros cargos. Os pareceres funcionais foram documentos produzidos pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), com a finalidade de orientar o ministro em suas decisões. As orientações da DSI/MEC nos pareceres eram, em geral, referentes a escolha de funcionários públicos “adequados” para ocuparem cargos tanto no interior do ministério, como em instituições de ensino e cultura. Somente possuíam um parecer favorável para assumir o posto, aqueles(as) que não possuíam registros comprometedores no SNI, Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e Centro de Informação da Aeronáutica (CISA); assim como, somente aqueles(as) que não realizaram nenhum pronunciamento público contra a ditadura ou que não defenderam “ideias subversivas”, poderiam ter um parecer positivo. Caso contrário, “não é aconselhável o aproveitamento dos mesmos para as funções indicadas”.²¹

Carlos Fico (2001) pesquisou sobre a construção da estrutura autoritária-burocrática da comunidade de informações e da polícia política montada ao longo da ditadura com a

²⁰ BRASIL, 1967.

²¹ AHRS/ALCD/APTD-3.5.1.2-8a/1.

documentação proveniente da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça. Em decorrência da análise da documentação, o autor salienta para a importância da DSI/MEC, principalmente em função da preocupação do Estado e do aparato repressivo com o ME. Portanto, o MEC teve importante função no controle das universidades e do ME, por meio da criação de uma estrutura normativa, punitiva e de vigilância sobre o comportamento dos(as) estudantes, principalmente, mas também da comunidade acadêmica e escolar.

Os movimentos de massas e a oposição dos parlamentares à ditadura, em 1968, marcaram o fim de um ciclo de liberalização e uma profunda crise institucional que para sair dela foi necessário buscar a sua legitimidade na violência. Nesse contexto era decretado o AI-5 que fechava as possibilidades de oposição dentro da legalidade e forçava aqueles(as) que lutavam contra a ditadura a cair na clandestinidade, partir para a luta armada ou para o exílio.

Como a área estudantil era especialmente visada pelo aparato repressivo, para a “linha dura” não bastava o AI-5. Logo no início do ano de 1969, era publicado o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que proibia manifestações políticas por parte dos(as) estudantes, docentes, funcionários(as) ou empregados(as) em estabelecimentos de ensino público ou particular. O artigo 1º define quais infrações seriam consideradas passíveis de punição e a forma como elas seriam punidas é fixada em seu parágrafo primeiro: caso o infrator fosse membro do corpo docente, funcionário(a) ou empregado(a) poderia ser proibido por 5 anos de ser contratado por outra instituição; se fosse estudante, a lei permitia o seu desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino no prazo de 3 anos.²² Durante a década de 1970, a revogação do Decreto-Lei nº 477 será a principal reivindicação do ME, que somente ocorrerá com a Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.

²² BRASIL, 1969.

4. “Não aguento mais esta dentadura, vou deixar cair”: as representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra (1967-1968)

O ano de 1967 iniciou-se com uma certa atmosfera de esperança e renovação.

Esperança porque com a posse de Artur da Costa e Silva, em 15 de março daquele ano, a ditadura entrou em um novo ciclo de liberalização, evidenciada na promoção de “políticas de alívio” às medidas arbitrárias tomadas no final do governo de Castelo Branco (como a nova leva de expurgos e o decreto do AI-2, por exemplo) e na busca de negociação com a oposição. E não é à toa que uma das palavras que mais se repetiu em pronunciamentos oficiais de representantes do governo foi *diálogo*, entretanto, o quão abertos eles estavam para dialogar com a oposição é uma pergunta importante em meu estudo.

Com a transmissão do poder ditatorial, de um militar para outro militar, se deu uma aparência de democracia e de renovação das “diretrizes revolucionárias”. Tradicionalmente, por assim dizer, ditadores são aqueles que permanecem no poder de forma ininterrupta. Como poderíamos, assim, chamar o que se operava no Brasil de ditadura? Nessa chave argumentativa em que não haveria uma ditadura no país, civis e militares sustentariam o seu discurso na defesa da “revolução” e de sua “missão redentora”. Por outro lado, reiterou-se a promessa de devolução da condução do país aos civis, deste modo, renovou-se as expectativas que o retorno à completa normalidade democrática estaria cada vez mais próximo.

Para a composição do governo de Costa e Silva, os candidatos cotados para ocupar o cargo de ministro da Educação e Cultura eram: Tarso Dutra, indicado por Peracchi Barcellos, filiado à ARENA e então governador do Rio Grande do Sul; Abgar Renault, indicado por Pedro Aleixo, também filiado à ARENA e “vice-presidente” do governo; Gama e Silva, que acabou assumindo o Ministério da Justiça e foi um dos principais responsáveis por redigir o AI-5; por fim, o deputado federal da ARENA, Flexa Ribeiro. Acompanhando a formação do governo de Costa e Silva nas páginas do *Correio da Manhã (CM)*, a decisão oficial do ditador para a pasta do MEC foi anunciada em 15 de fevereiro de 1967, sendo Tarso Dutra o escolhido.²³

Segundo o porta-voz do governo, coronel Mário David Andreazza, Costa e Silva levou em consideração dois critérios para indicar os ministros de Estado: eficiência administrativa e consistência política.²⁴ Com o objetivo que a ARENA continuasse sendo base política de sustentação da ditadura, os seus políticos foram contemplados com cargos ministeriais.

²³ CM, 15 fev. 1967, edição 22657, p. 12.

²⁴ CM, 17 fev. 1967, edição 22659, p. 6.

Principalmente, aqueles que tiveram um número expressivo de votos na última eleição se tornaram potenciais candidatos para integrar o governo. Tarso Dutra, nas eleições de 1966, foi o deputado federal da ARENA que recebeu o maior número de votos no Rio Grande do Sul.

Quatro dias após a sua indicação, na edição de domingo do *CM*, o novo ministro da Educação e Cultura é caracterizado como “um político velho e experimentado”, a partir dessa adjetivação questiona-se a sua capacidade de enfrentar os problemas educacionais do país com dinamismo. Entre os desafios educacionais mais latentes na sociedade eram o alto índice de analfabetismo no Brasil e o número de excedentes²⁵, ambos assuntos apareciam constantemente nos pronunciamentos do ministro. E o jornalista (não identificado) desse texto de análise do ensino no país, concluiu da seguinte forma os desafios existentes no MEC: “Nosso ensino continua semi-medieval em muitos setores. No Governo Castelo, o MEC esteve entregue à repressão e à inépcia. Já é tempo de reaparelhar, de reeducar o Ministério da Educação”.²⁶ Em 28 de fevereiro, é noticiado que “o futuro ministro da Educação, deputado Tarso Dutra, anunciou, ontem, que o Govêrno do marechal Costa e Silva tomará a iniciativa de retomar o diálogo com a classe estudantil”.²⁷ Para tanto, o novo ministro da Educação afirmou que entre as suas primeiras medidas estaria tomar providências para a revogação da “Lei Suplicy”, a fim de reverter a situação entre o Estado e o ME e restabelecer uma relação de diálogo com a juventude.²⁸

Antes mesmo de assumir a pasta, Tarso Dutra, buscando sinalizar que realmente estava aberto para o diálogo com os(as) estudantes, encontrou-se com discentes gaúchos. Os representantes do ME intentaram conseguir uma promessa formal que o próximo governo federal revogaria a “Lei Suplicy”, cujo documento legal regulamentou a extinção dos órgãos representativos dos(as) estudantes, com a finalidade de impossibilitar a organização política do ME.²⁹

Em 16 de março de 1967, Tarso Dutra realizou o seu primeiro pronunciamento como ministro.³⁰ Analisando o texto, podemos assinalar, primeiramente, a sua preocupação de afirmar a sua capacidade política para desempenhar tal função, a qual, como pudemos ver nas páginas do *CM*, foi questionada; e também de reiterar a importância da Educação para o

²⁵ Os “excedentes” eram estudantes que passavam no vestibular, mas que não conseguiam ingressar na universidade, em razão de não haver vagas suficientes para contemplar o número de aprovados(as).

²⁶ *CM*, 19 fev. 1967, edição 22661, p. 6.

²⁷ *CM*, 28 fev. 1967, edição 22668, p. 8.

²⁸ *CM*, 5 mar. 1967, edição 22673, p. 20.

²⁹ *CM*, 10 mar. 1967, edição 22677, p. 11.

³⁰ AHRS/ALCD/APTD/3.1.1. Documento localizado na caixa Discursos no país, maço dos discursos de 1967, com o título “Discurso pronunciado pelo Deputado Tarso Dutra, ao assumir o cargo de ministro de Estado da Educação e Cultura, em 16 de março de 1967, às 14 horas”.

desenvolvimento econômico do país, visando romper com o “atraso civilizatório”. Desta forma, Tarso Dutra fez questão de enfatizar as três décadas que possuía de carreira política e já destacava qual seria a sua forma de atuação administrativa:

Recrutado nos quadros políticos onde os dirigentes talvez disponham de maior vivência dos problemas do Estado e recursos táticos para enfrentar as complexidades cada vez [mais] presentes na administração moderna, aspiro a demonstrar, através da ação a ser aqui desenvolvida no cumprimento das diretrizes revolucionárias, que não sou um homem tão dissociado, como a muitos parece, das atividades peculiares ao governo técnico (p. 1 - 2).

Nesse trecho parece que Tarso Dutra procurou se posicionar acerca dos questionamentos existentes na imprensa sobre se ele seria uma indicação adequada para ocupar o cargo de ministro no MEC e se ele seria capaz de enfrentar os desafios presentes nos âmbitos educacional e cultural do país, alinhando-se politicamente ao ideário de implementação de uma “revolução” e não de um regime ditatorial. Não podemos esquecer que a situação no ministério era de inconstância administrativa, em vista das frequentes trocas de ministros. De 31 de março de 1964 a 15 de março de 1967, o MEC teve cinco ministros e cada um permaneceu pouquíssimo tempo no cargo. Diante desse fato, alguns questionamentos se colocam: por que Tarso Dutra, diferente dos demais ministros que o antecederam, permaneceu por mais de dois anos à frente do MEC? Quais foram as condições para a sua continuidade no ministério? Uma explicação que pode ser levantada – e que precisa ser analisada com maior profundidade em outra ocasião – é que a sua permanência no cargo ministerial decorreu de sua preocupação com a imprensa, com o posicionamento dos políticos do MDB e com o ME. Por exemplo, quando saiu uma notícia sobre uma declaração sua em quatro jornais de maior circulação nacional, em 20 de setembro de 1967, Tarso Dutra apresentou-se “espontaneamente” à Câmara dos Deputados para responder às perguntas dos políticos pertencentes àquela casa. A controvérsia era se ele, de fato, teria dito que dependendo do resultado da eleição do governo do Rio Grande do Sul, o candidato “contudentemente contrário ao governo” não poderia tomar posse como governador do Estado. Então, existia um esforço por parte do político gaúcho de manter um diálogo com os setores da oposição, todavia, como veremos, era uma relação de aparências.

Outra preocupação de Tarso Dutra era a necessidade de estabelecer planos nacionais de Educação e Cultura, planejamentos de longo prazo que permanecessem independentes de trocas de ministro e que buscassem enfrentar os desafios existentes nessas áreas. Entre eles estava o analfabetismo, logo, era preciso promover uma política educacional contínua, a fim de livrar os 20 milhões de brasileiros(as) que permaneciam, segundo as suas palavras, no

“obscurantismo” e capacitá-los para atender a falta de mão de obra qualificada necessária ao desenvolvimento industrial do país.³¹

Uma das medidas possíveis de implementação de uma mão de obra qualificada, no contexto de atuação de Tarso Dutra, era a profissionalização do Ensino Médio. Tal projeto, a longo prazo, é um debate no campo educacional até o presente momento, considerando a polêmica que envolve a função social do Ensino Médio e o debate atual realizado pela sociedade civil organizada acerca do Novo Ensino Médio.

Em seu pronunciamento de posse, a questão dos excedentes não foi mencionada. Ademais, sobre a participação dos(as) estudantes no debate político foi colocado, de forma determinante, a mobilização da juventude para enfrentar os problemas educacionais. Por esse ponto de vista, todos(as) deveriam contribuir para que os objetivos nacionais fossem alcançados:

Essa contribuição será pedida especialmente ao estudante brasileiro, que terá a oportunidade de participar, com a afirmação do seu senso de responsabilidade, das preocupações da administração educacional. Como matéria-prima humana indispensável à formação das lideranças e dos quadros dirigentes do Brasil de amanhã, o estudante será situado, pela nova política educacional, num sistema de convivência que valorize o trabalho constitutivo, proporcione meios para a formação profissional, amplie a necessária assistência do Estado e convoque a sua presença para a realização de programas de trabalho de definido interesse para a classe” (p.8).

Desta forma, é definido o espaço de atuação dos(as) estudantes no governo e indicadas as suas possibilidades de ação, desde que com “senso de responsabilidade”. Considera-se importante observar que parece caber aos estudantes universitários o papel de liderança coadunada politicamente com o governo e, ao estudante da educação básica cumpre servir como mão de obra a serviço das classes dirigentes. Em vista da força do ME, essa classe não poderia ser ignorada pelo ministro, mas até que medida as reivindicações e as críticas do ME seriam escutadas? Então fica latente que somente a postura de concordância a esta “nova política educacional”, voltada aos preceitos da DSND, seria aceita; assim como, a contribuição da juventude para a concretização desse projeto educacional voltado para o mercado de trabalho seria possível. Então, estaria fora de questão as manifestações estudantis contrariamente às reformas universitária e administrativa e à ditadura. Os(as) discentes não poderiam impedir a implementação das mesmas e a continuidade da ditadura. Inclusive, no excerto da página anterior, Tarso Dutra reiterou e comprometeu-se com as “diretrizes revolucionárias”, logo, um posicionamento contrário ao “movimento revolucionário de 31 de março” não seria tolerado, como, de fato, não o foi quando as manifestações estudantis

³¹ Vale dizer que os estudos freireanos sobre alfabetização como momento de acesso à liberdade pela leitura crítica do mundo se contrapõem à tal visão de política educacional.

eclodem em 1968. Mais adiante, analisaremos um pronunciamento que o ministro falou especificamente sobre a atuação do ME e identificou mais explicitamente o(a) estudante como um “inimigo interno” a ser combatido.

Finaliza esse pronunciamento dizendo que as futuras críticas a seu trabalho não o atemorizam. Reitera para a grande responsabilidade que o “Senhor Chefe da Nação” deixou em suas mãos, cuja função como ministro da Educação será cumprida de forma leal e devota à ditadura, “na compreensão segura de que a missão recebida deverá ser levada até o sacrifício, se necessário, para o enriquecimento moral e espiritual da pessoa humana e a elevação dos padrões de cultura de nossa pátria” (p. 8). Em diversos momentos, apareceu em seu discurso, essa estratégia apelativa com alto nível de dramaticidade, a fim de convencer o ouvinte que seu trabalho exigia um grande esforço e uma extrema dedicação para ser executado, mas que ele recebia com grande honra essa missão, pois o “Excelentíssimo Sr. Presidente Arthur da Costa e Silva” havia confiado-lhe tal incumbência de ilustre importância para o futuro da Educação no país.

Em um evento para homenagear Tarso Dutra, realizado em Porto Alegre, no dia 22 de maio de 1967, foi oferecido um banquete ao ministro por representantes das universidades do Estado do Rio Grande do Sul, das classes produtoras e por amigos. Antes do pronunciamento de Tarso Dutra, o Professor Irmão José Otão, então reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), proferiu uma fala enfatizando as qualidades do primeiro gaúcho a assumir a pasta do MEC, o qual foi seu aluno em 1929 no Colégio Santa Maria. O reitor da PUC-RS, assim, faz um paralelo entre as lembranças de um “período risonho e feliz” e as grandes responsabilidades que no presente aquele “ilustre homem” passou a carregar. O religioso chega a explicitar a sua análise em relação ao presente e as dificuldades impostas aos adultos de promover um plano educacional que propicie o pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral às novas gerações:

depreende-se a dificuldade nos dias presentes de coordenar e orientar estas atividades sistemáticas, quando ondas de anarquia e de indisciplina, matizadas com coloridos atraentes e sugestivos aparatos de liberdade, de democracia, de independência, de autodeterminação e outras, perturbam as mentes jovens das jovens gerações, deflagrando um tumulto de explosões nas quais, quase sempre, predomina o aspecto sentimental com grave prejuízo para a ação equilibrada da razão.³²

O tempo de tranquilidade e alegria, portanto, era passado; o presente era de profundas preocupações com o futuro da nação. Acerca do futuro da nação, a Educação frequentemente é um assunto colocado em disputa. Orientados por uma ideologia com viés evolucionista e

³² AHRS/ALCD/APTD/3.1.1. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. “Visita do Ministro Tarso Dutra ao Estado natal”. Serviço de Documentação, 1967, p. 7.

eurocêntrica, a Educação seria o meio de salvar o país do subdesenvolvimento, encaminhando-o finalmente para o rol das nações civilizadas. Nesse viés de análise, os estudos da juventude no Brasil (SPOSITO, 2001) apontam o fato de que as sociedades capitalistas contemporâneas, em geral, percebem os(as) jovens como futuro e não como condição ou categoria do presente. Então, o motivo do subdesenvolvimento, na aparência, é explicado pelo atraso educacional e cultural, e não pela exploração econômica imposta pelo sistema capitalista, em que se faz necessário as desigualdades para a sua própria existência. Por fim, a Educação também assume a função de regenerar os sujeitos, salvando-os, pois eles:

Constituem uma massa formidável de irmãos nossos totalmente mergulhados no obscurantismo e, mais do que isso, privados de cooperar minimamente para o desenvolvimento do País.

(...)

Seria, sim, o compromisso de resgatar o opróbrio lançado à fase dos brasileiros, pela presença, de tão desprimorosa cifra de analfabetos, que nos tolhe o direito de aspirar à condição de um povo verdadeiramente civilizado (p. 2).³³

E o discurso do Irmão José Otão vincula-se a esta perspectiva de Educação, quando ele aponta à possibilidade de uma solução para o problema educacional, se bem conduzida, poderá constituir em promessa e esperança de solução aos demais entraves de desenvolvimento e modernização do país. Vinculado ao problema educacional, apresenta-se indispensável “a preparação adequada da juventude para as responsabilidades da vida”. Aqui podemos identificar a primeira representação dos(as) estudantes, em que os(as) jovens são, geralmente, pensados em nossa sociedade em relação ao futuro. Em suma, a sociedade vê o jovem como uma experiência para o futuro. Por outro lado, estudos na Sociologia da Juventude têm apontado em sentido contrário: o jovem é uma experiência inserida no presente e é visto como um sujeito político com agência no contexto em que ele se encontra, podendo ter aspirações de transformar a realidade e reivindicações políticas próprias de sua geração. Interpretação esta que acaba por contrastar com a representação produzida pela ditadura acerca da juventude militante em organizações de esquerda, bem como podemos analisar no excerto acima a forma que o Irmão José Otão sentenciou: “ondas de anarquia e de indisciplina”. Ou seja, contestar a ditadura e o poder dominante foram vistos como sinais de indisciplina, pelo fato dos(as) estudantes não se submeterem a violência irradiada pelo TDE sobre o país. Por conseguinte, essas ideias coloridas e atraentes, parafraseando-o, perturbam as mentes dos(as) jovens, os(as) quais foram frequentemente representados como ingênuos,

³³ AHRS/ALCD/APTD/3.1.1. Documento incompleto localizado na caixa Discursos no país, maço dos discursos sem data (s/d). Após a análise, pude identificar que ele data do ano de 1969 e foi proferido em uma conferência na Universidade de Brasília (UnB), na qual o ministro realizou um balanço dos avanços no âmbito da Educação durante o governo de Costa e Silva.

que não sabiam o que estavam fazendo e eram alvos fáceis de “ideias subversivas” e do comunismo internacional.

A fala do religioso deixa transparecer, sem subterfúgios, a ideologia da classe dominante tanto quanto os pronunciamentos de Tarso Dutra, realizados em 1967. Na mesma ocasião que o Irmão José Otão realizou esse discurso, o ministro também teve a oportunidade de se manifestar. Ele agradeceu a homenagem e reiterou os qualificativos que o Irmão José Otão conferiu a seu trabalho; assim, Tarso Dutra reconheceu as responsabilidades de assumir o cargo do MEC, novamente, apresentando em seu discurso um tom de devoção, quase de um sacrifício em nome do futuro da pátria e do sucesso da “revolução”. Doar-se-ia todos os seus esforços ao país e o seu exemplo deveria ser seguido por toda a sociedade. Sendo também essa uma das características da DSND: todos deveriam contribuir para o desenvolvimento nacional, bem como para a segurança interna do país. Sobre os(as) estudantes e a sua experiência de dialogar com as novas gerações como ministro, Tarso Dutra relata o seguinte:

Sentireis que falo repetidamente em novas gerações, em mundo renovado, em compromissos da hora atual. É que – não nos iludamos! – estamos vivendo uma hora de afirmação dos jovens, uma hora que tem aparência, por vezes, de desrespeito e de irreverência. Há dois meses, venho tendo o contato mais íntimo das novas gerações brasileiras. Creio nelas (...) Minha experiência de dois meses com o estudante brasileiro não é de decepção, mas de confiança. Não terão sido de aplausos, nem de solidariedade ruidosa, as recepções que os universitários brasileiros me tributam. Mas são uniformemente de comovente sinceridade (p. 13).

Fazendo o movimento de tentar analisar o interdiscurso, isto é, as condições que possibilitaram a produção do discurso e daquilo que já-dito em outro momento e lugar, há algumas considerações a serem feitas dos dois primeiros meses de Tarso Dutra como ministro.

Nos dois primeiros meses do Governo Costa e Silva, ganhou grande destaque nas páginas do *CM* a questão dos excedentes, apesar de nada ter sido dito nos pronunciamentos oficiais do ministro da Educação, na imprensa era um tema com bastante repercussão. A mobilização de estudantes, reivindicando as vagas a que tinham direito no ensino superior, chegou até Costa e Silva e a sua esposa Yolanda Barbosa Costa e Silva, esta que era reconhecida como a “madrinha dos excedentes”. O novo governo mobilizou-se para dialogar com os(as) jovens e para resolver esse problema. Com o intuito de que todos(as) aqueles(as) que foram aprovados(as) nos vestibulares de 1967 e tivessem suas matrículas aceitas nas instituições de ensino, o ditador Costa e Silva assinou, em 28 de março de 1967, um decreto aprovando o convênio entre o MEC e as universidades.³⁴ Essa decisão foi recebida com grande euforia por parte dos(as) jovens que esperavam finalmente ingressar na universidade.

³⁴ *CM*, 29 mar. 1967, edição 22692, p. 11.

Na edição do *CM*, de 4 de abril de 1967, saiu a notícia “Excedentes de 67 recebidos no MEC”, comemorando o convênio realizado entre o MEC e as universidades, cerca de seiscentos excedentes de Medicina e Engenharia festejaram a resolução, aparente, do problema estudantil e saíram no dia anterior em passeata pelas ruas do Rio de Janeiro: “Saindo da Rua do Riachuelo, portando faixas e cartazes alusivos à campanha encetada, os excedentes com boinas azuis da Engenharia e verdes da Medicina, com as iniciais TTD e TCS, respectivamente Turma Tarso Dutra e Turma Costa e Silva”.³⁵ Dois aspectos a serem destacados: primeiro, tradicionalmente, estudantes dos cursos de Medicina e Engenharia, cursos com alto grau de valorização social, provêm de classes média e alta; segundo, o uso de um adereço militar, a boina. Ou seja, estão alinhados com o discurso da juventude como liderança política responsável pela continuidade do projeto econômico e político dos governos militares. Anteriormente, salientei como o passado ao ser analisado apresenta-se mais complexo do que imaginávamos, sobretudo, porque quando pensamos em manifestações estudantis realizadas durante a ditadura, pensamos nos(as) estudantes que se opuseram e sofreram com a repressão. Como podemos ver na ocasião que acabei de fazer referência, nem todos(as) estudantes se posicionaram criticamente à ditadura ou se manifestaram contrários à mesma. Desta forma, jovens provenientes de camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira foram atendidos pelo governo, recebidos pelo ministro e tiveram espaço para diálogo; por outro lado, podemos refletir acerca dos excedentes como massa de manobra para a promoção de uma imagem positiva de um governo recém implantado.

Na minha análise, a ditadura e o ministro da Educação aproveitaram das manifestações de apoio ao governo por parte dessa parcela de jovens, para construir uma imagem útil da juventude para o regime. Principalmente para corroborar com a tese que o novo governo e o novo ministro da Educação estavam verdadeiramente dispostos a dialogar. Por isso, acredito que foi essa uma das causas para Tarso Dutra afirmar: “Minha experiência de dois meses com o estudante brasileiro não é de decepção, mas de confiança. Não terão sido de aplausos, nem de solidariedade ruidosa, as recepções que os universitários brasileiros me tributam. Mas são uniformemente de comovente sinceridade”. Portanto, considero que as manifestações feitas por aqueles(as) que foram de alguma forma beneficiados(as) pelo Estado ditatorial, possibilitaram a construção desse discurso. Por outro lado, aqueles(as) que se opuseram à ditadura, não receberam o mesmo tratamento afetuoso...

Neste contexto, o ME enfrentava dificuldades para se rearticular. Lembrando que a UNE e as UEEs estavam na ilegalidade, as estratégias dos(as) estudantes eram de se

³⁵ *CM*, 4 abr. 1967, edição 22697, p. 13.

manifestar de forma pontual para lembrar que ainda existiam entidades estudantis autônomas; assim, eles(as) realizavam os tais “comícios-relâmpagos”. Outra estratégia que passaria a ser frequente era a de aproveitar o momento de recepção dos(as) calouros(as) como uma forma de driblar a repressão. Por exemplo, em 18 de março de 1967: “três mil universitários mineiros saíram ontem às ruas e pela primeira vez nos últimos anos conseguiram realizar do princípio ao fim uma passeata sem serem molestados pela polícia, que ficou de lado anotando frases de cartazes, fotografando e filmando”.^{36, 37} Na manifestação os(as) universitários (as) denunciaram a existência de uma ditadura no país, o imperialismo estadunidense e criticaram o acordo MEC-USAID. Na notícia foi estimada a presença no protesto de mais de 5 mil manifestantes (3 mil calouros(as) e 2 mil veteranos(as)) e também o comparecimento de Hilda Becker, então vice-presidenta da UNE. Os(as) jovens carregavam cartazes com frases críticas à ditadura e até mesmo com uma linguagem humorística: “Não aguento mais esta dentadura, vou deixar cair”, tal fato podendo ser considerado uma forma singular de expressão dos(as) estudantes ao se manifestarem politicamente. Para que o ato não fosse esvaziado do seu sentido, a UNE, a UEE/MG e os DCEs redigiram uma nota oficial:

A UNE, a UEE-MG e os DCEs, se dirigem novamente ao povo para explicar o sentido da passeata do calouro, o sentido do movimento universitário. A passeata dos calouros visa em primeiro lugar a integrar os nossos novos colegas na vida universitária. Esta integração tem como objetivo fortalecer o movimento universitário, participante dos problemas fundamentais do povo brasileiro. Aos estudantes cabe antes de tudo a responsabilidade de pesquisar a realidade de forma objetiva, denunciando ao povo todas as mistificações impostas pelos seus inimigos. Os estudantes, como cidadãos, não se podem alhear dos problemas que os circundam. Assim é que a integração na vida universitária significa, sobretudo, uma tomada de posição que é a um só tempo uma luta ao lado dos interesses do povo e contra os seus inimigos que procuram falsear a verdade e utilizar da força para garantir privilégios.³⁸

A intelectual Lélia Gonzalez, em seu ensaio “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, analisou o lugar da mulher negra e as suas representações na cultura brasileira. Como os(as) estudantes são infantilizados(as), as pessoas negras também passam por esse processo. A autora argumenta: “exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala” (1984, p. 225). A partir desse diálogo com Lélia Gonzalez, penso que seja importante também trazer documentos, pronunciamentos e

³⁶ CM, 19 mar. 1967, edição 22685, p. 14.

³⁷ No APTD, há o item 3.5.8.1 “Assuntos Estudantis”, inserido na série 3.5 “Terrorismo de Estado”, nele encontra-se um conjunto de material produzido pelo ME, pela UNE, bem como cartazes e panfletos. Infelizmente, não será possível analisar essa documentação no presente trabalho, porém, não poderia deixar de indicar essa prática dos órgãos repressivos e de inteligência, inclusive do próprio ministro, os quais recolheram e guardaram esses documentos.

³⁸ CM, 19 mar. 1967, edição 22685, p. 14.

diferentes formas de expressões, elaboradas pelos(as) estudantes. Neste caso foi uma nota oficial de entidades estudantis, apesar de duas delas serem ilegais. O fato de ter circulado na grande imprensa, pode levar a interpretação que o ME não estava de todo aniquilado e que ainda tinha um importante espaço na política. A intenção de resgatar esse pronunciamento está vinculada com a busca de reconhecer os sujeitos que são alvo no discurso de Tarso Dutra, principalmente, e de evidenciar para sua agência política.

Cabe ainda salientar para a percepção dos mesmos acerca de suas responsabilidades na posição de estudantes universitários com o povo brasileiro: “pesquisar a realidade de forma objetiva, denunciando ao povo todas as mistificações impostas pelos seus inimigos”. As entidades estudantis identificaram publicamente a existência de inimigos, os quais “procuram falsear a verdade e utilizar da força para garantir privilégios”. Diferentemente da estratégia mobilizada pelo ministro Tarso Dutra, os seus assessores e a ditadura que buscaram infantilizar e mobilizar uma representação dos(as) estudantes como indivíduos ingênuos, tomados pelos ardores da juventude, incapazes de discernir o certo do errado, logo, foram alvos fáceis da “subversão”. Todavia, nesse documento podemos perceber uma tomada de posição contra a ditadura: uma interpretação fundamentada na realidade que desencadeou o processo de radicalização política em que reconheceu o “outro” como inimigo a ser vencido.

Uma das manifestações anti-imperialistas do ME foi contra a recepção do embaixador estadunidense John Tuthill na Universidade de Brasília (UnB), em 20 de abril de 1967. Na ocasião, o reitor Laerte Ramos permitiu a atuação de um contingente policial dentro do *campus* universitário, a violenta repressão resultou em um estudante gravemente ferido. Segundo o boletim médico do universitário Nelson Sanders da Silva, este teve diversos ferimentos no rosto, inclusive, um corte no olho direito e precisou passar por dois procedimentos cirúrgicos para salvar a sua visão.

O governo efetivamente acenou a membros do MDB [e da oposição] com a possibilidade de negociação, dando a entender que seria possível promover algumas modificações na Constituição. Mas, simultaneamente ao início deste diálogo, a Polícia Militar e outros agentes do Aparato Repressivo lutavam com manifestantes nas ruas das grandes cidades e davam prosseguimento a ampla campanha de buscas e detenções nos principais Estados (ALVES, 2005, p. 138).

Diante da conjuntura, a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília decretou greve, no segundo dia após o ocorrido, e decidiu pela constituição de uma comissão para apurar as responsabilidades do reitor da UnB. Outra decisão da entidade foi por “iniciar uma campanha visando a expulsão de 30 norte-americanos do *campus*, integrantes dos ‘Voluntários da Paz’, alegando que estes agem sob a orientação do *Central Intelligence*

Agency (CIA)”.³⁹ Acerca da ação repressiva contra os(as) universitários(as) da UnB, Tarso Dutra posicionou-se dizendo que não é assunto do MEC.⁴⁰ No entanto, o ministro da Justiça, Gama e Silva, afirmou que, após a conclusão do inquérito, o assunto seria tratado pelos dois ministros e pelo o reitor da UnB.

O historiador Carlos Fico (2008) salientou que as relações entre EUA e Brasil se modificaram ao longo do tempo. Logo após o golpe civil-militar brasileiro, a situação diplomática entre os dois países foi de maior aproximação e de apoio mútuo (posteriormente, na década de 1970, a política externa estadunidense para a América Latina começou a alterar-se, sendo o governo de James Carter o ponto de inflexão):

De fato, todo o programa de atividades dos Estados Unidos no Brasil era bastante grande e envolvia procedimentos delicados do ponto de vista político que incluíam a presença física de especialistas americanos em instituições públicas como os ministérios da Fazenda, da Educação e do Planejamento, o Banco Central e a Sudene, entre diversas outras” (FICO, 2008, p. 47).

Desde o início da década de 1960, a presença estadunidense gerava um visível incômodo em determinados setores da sociedade brasileira. Entre os setores que compartilhavam um sentimento de antiamericanismo, cuja presença estrangeira em esferas do governo era vista como uma submissão ao imperialismo estadunidense, encontrava-se o dos(as) estudantes. Para tentar cooptá-los e influenciá-los, no final dos anos 1960, ampliou-se os programas de intercâmbio, oferecidos, principalmente, à juventude universitária.

Por fim, resta analisar os pronunciamentos em que Tarso Dutra falou especificamente acerca do ME e dos(as) estudantes opositores à ditadura. O primeiro documento que trago para a análise consiste em uma fala do ministro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 19 de setembro de 1967.⁴¹ Essa fonte consiste em uma transcrição da sessão em que o representante do governo participou ofertando a oportunidade de os deputados realizarem perguntas para o ministro. De início ele realizou um balanço da situação da educação nos ensinos fundamental, médio e superior, bem como, citou os projetos nacionais que o MEC iniciou a desenvolver naquele ano e os resultados que já alcançaram. Acredito que esse momento corrobora mais uma vez com a argumentação do esforço realizado pelo governo e pelo MEC em demonstrar diálogo com a oposição política. Quando perguntado pelo deputado da ARENA, Salvador Julianelli, sobre a sua posição acerca do “comportamento das lideranças estudantis” e de criar entidades para os(as) estudantes, Tarso Dutra respondeu da seguinte forma:

³⁹ CM, 23 abr. 1967, edição 22714, p. 11.

⁴⁰ CM, 25 abr. 1967, edição 22715, p. 4.

⁴¹ AHRS/ALCD/APTD/3.1.1. Documento intitulado “Diálogo da Educação na Assembleia Bandeira”, localizado na caixa Discursos no país, pasta dos discursos de 1967.

O problema da liderança estudantil está sendo encarado com a maior seriedade pelo Governo. Não se pode pensar na preparação de quadros políticos no País, sem a preparação correspondente das lideranças, que se afirmam desde as primeiras atividades do homem na sua formação educacional (...) numa sucessão de acontecimentos que apenas demonstram a instabilidade da atividade estudantil e da estruturação dos estudantes como classe de atuação social. No momento, o Governo brasileiro está considerando todo esse passado de variações e de desordem estudantil no Brasil, com uma sucessão considerável de leis, umas alterando total ou parcialmente as outras, e nunca encontrando uma solução definitiva para o problema capaz de dar estabilidade à estrutura estudantil no País (p. 24).

A partir desse momento, temos a segunda forma de representação, identificada no discurso de Tarso Dutra, do(a) estudante organizado em movimento social como um “problema” para o país e uma preocupação às autoridades. Cronologicamente, consiste no primeiro documento onde foi dito explicitamente sobre as lideranças estudantis, mas não foi mencionado o ME, e sim: “atividade estudantil [instável]”, acompanhado de um “passado de variações e de desordem estudantil”. Por um lado, podemos compreender que é permitido a formação política de lideranças jovens, porém há um limite com a forma e a orientação ideológica dos(as) estudantes. A liderança política almejada é a do(a) estudante que usa “boina” da TTD e da TCS, e não de jovens provenientes da classe trabalhadora, racializados e que sofrem diariamente com a violência do TDE e com os efeitos das políticas econômica e educacional do governo. Portanto, a manifestação política estudantil contrária à ditadura, construída ao longo da década de 1960, não seria realmente aceita. As explicações para a mobilização, vista como “desordem” (ou, de acordo com Irmão José Otão caracterizou, consistia em uma situação anárquica), encontrava-se no passado recente. Por esse aspecto, Toledo (2004) argumenta que o golpe civil-militar representou um ataque contra as reformas sociais e um golpe contra a incipiente democracia política burguesa. Os(as) golpistas manifestaram um profundo despreço pela democracia, bem como, um desprezo pela participação popular e a sua influência na política nacional. Para tanto, a ditadura construiu paulatinamente o Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento no país, em que a segurança nacional e o desenvolvimento econômico foram os objetivos a serem atingidos a qualquer custo, inclusive violando os direitos humanos. Uma das estratégias mobilizadas para atingir os objetivos, foi o processo de controle e a burocratização das entidades estudantis, pois, para a legitimação do Estado ditatorial, posições políticas divergentes não deveriam ter espaço real na área política. Logo, quando Tarso Dutra fala em “dar estabilidade à estrutura estudantil no País”, compreende-se que, a partir das condições de produção desse discurso, o sentido de “dar estabilidade” seria a disposição de controlar as entidades estudantis, conseqüentemente, o ME.

A Análise do Discurso não procura uma verdade oculta no texto (diferentemente da antiga hermenêutica), e sim trabalhar os limites da interpretação, seus mecanismos e os processos de significação (ORLANDI, 2020, p. 26); destarte, tendo em conta que o discurso oficial encontra-se submetido ao controle daquilo que poderia e deveria ser dito por um representante do Estado ditatorial; considerando que o historiador e a historiadora, devido a um compromisso ético e político da profissão, deve ter como miríade chegar o mais próximo possível da verdade, embora a impossibilidade do real ser apreendido plenamente no processo de escrita; selecionamos outras fontes para compor esta pesquisa.

Nesse movimento foi possível encontrar contradições existentes entre o discurso presente nos pronunciamentos do ministro e o que foi dito em outros lugares. Infelizmente, não poderei me deter profundamente na análise das contradições, porém não poderia deixar de indicá-las. Não poderia deixar de indicá-las, porque ao longo da primeira leitura dos pronunciamentos, bem no início da pesquisa, uma parte de mim foi convencida daquilo que estava sendo lido. A retórica e as estratégias argumentativas são tão perspicazes que me persuadiram a fazer a seguinte ponderação: “talvez o ministro não foi tão ruim com os(as) estudantes”. Também contribuiu para essa percepção, a intensa repetição da defesa do diálogo pacífico com a juventude, parecendo que a voz dos(as) jovens seria escutada ou pelo menos respeitada. Contudo, somente para evidenciar a contradição entre o discurso oficial e a política do MEC com/para o ME, trago duas fontes distintas, mas que se relacionam.

A primeira consiste na notícia “Tarso: estudante só sabe criticar”, publicada em 11 de agosto de 1967, pelo *CM*.⁴² Essa reportagem chamou a minha atenção por seu título e após a sua leitura podemos observar como a narrativa presente na matéria jornalística destoa com a posição oficial do ministro acerca do(a) estudante: “O ministro Tarso Dutra acusou ontem os estudantes de mal-agradecidos, pelos benefícios recebidos do Governo, pois ‘só aparecem para fazer críticas, sempre orientados por Praga e Havana’”.⁴³ Assim, temos a confluência do(a) estudante como um problema a ser enfrentado pelo Governo e, concomitantemente, como sujeito passivo, facilmente influenciado pelo comunismo, visto a referência à Praga e La Havana. Rodrigo Patto Sá Motta (2000) defende o argumento que o discurso anticomunista foi mobilizado para justificar o golpe e as ações violentas contra as instituições, movimentos sociais, militantes e políticos ligados ao governo de Jango, as quais foram perpetradas após a tomada do poder pelas Forças Armadas. Em específico ao ME e às universidades, a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada um dia depois do

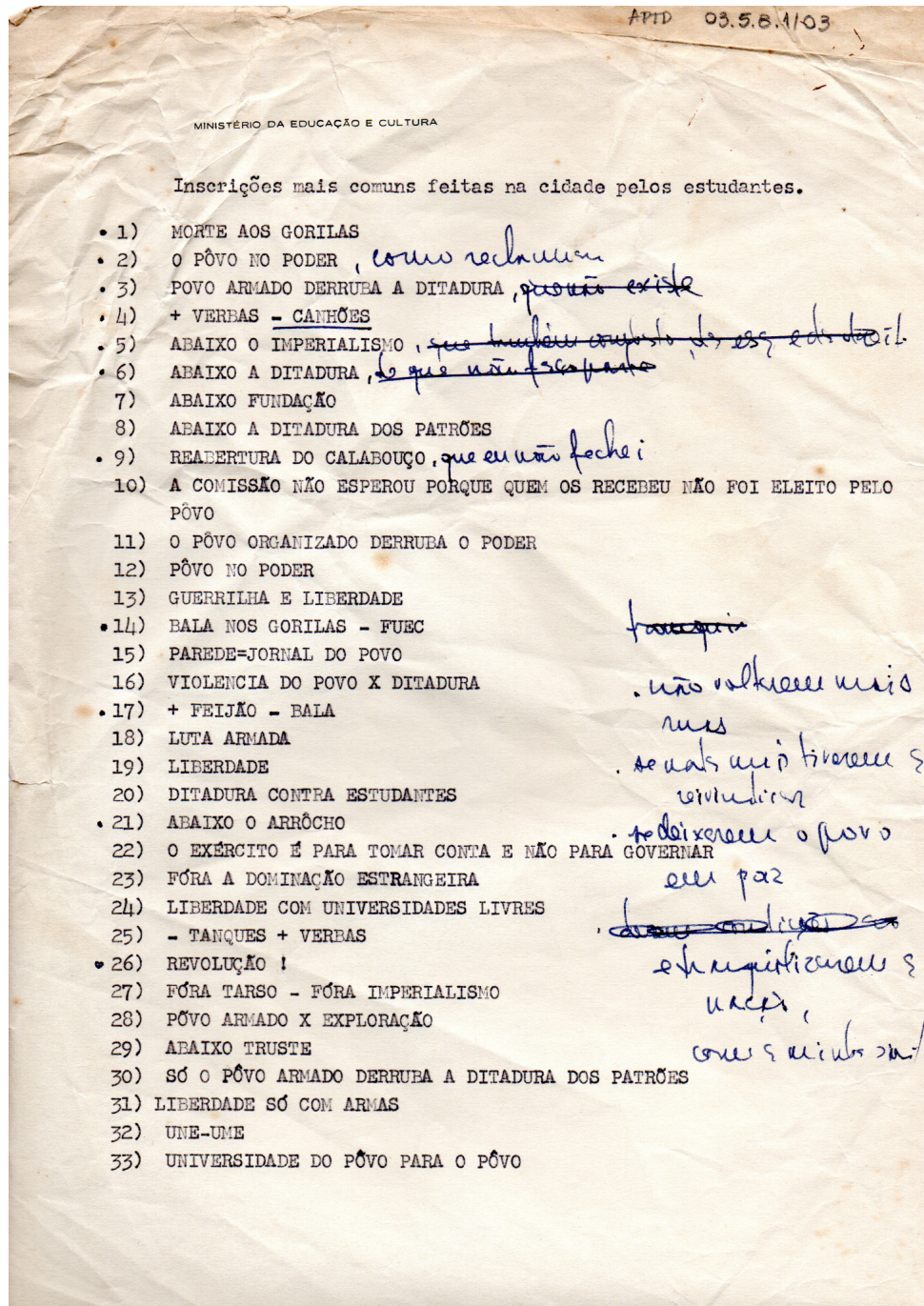
⁴² *CM*, 11 ago. 1967, edição 22807, p. 7.

⁴³ *Ibidem*.

golpe; indicou-se um interventor militar para ocupar o cargo de reitor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a UnB foi invadida, em 9 de abril, e durante a ditadura consistiu em um alvo frequente de ações repressivas contra os seus corpos estudantil e docente, juntamente com a Universidade de São Paulo (USP) que teve o prédio da Faculdade de Filosofia quase totalmente destruído com a escalada da repressão nos anos 1968. Portanto, o discurso anticomunista era mobilizado também para deslegitimar, ante a opinião pública, as críticas realizadas pelos(as) estudantes à ditadura, os(as) quais estariam somente agindo e pensando de determinada forma, devido à influência do “comunismo internacional”.

A outra fonte é um documento sem data, com uma lista de palavras de ordem do ME e o mais interessante são os comentários que o próprio ministro realizou sobre algumas delas:⁴⁴

⁴⁴ AHRS/ALCD/APTD-3.5.8.1-3.



A análise de outras fontes permitiu sair da camada mais aparente do discurso do ministro e chegar mais próximo de seu verdadeiro projeto político. Uma questão que salta aos olhos novamente é a negação da implementação de um regime não democrático no país. Na imagem acima, temos anotações de Tarso Dutra acerca de inscrições, palavras de ordem e(ou) pichações que mais frequentemente circulavam no meio estudantil. Essas notas feitas pelo ministro podem parecer banais, no sentido, de algo comum e cotidiano; logo, não existiria, no momento de sua produção, a intenção de torná-las públicas. Em virtude desse aspecto, acaba por transparecer mais explicitamente a ideologia autoritária-conservadora do ministro, a qual

também está presente no discurso oficial, porém de forma encoberta pelos interesses políticos, dentre os quais, manipular e convencer o seu interlocutor.

Antes de realizar a leitura dos documentos, existia, por minha parte, uma expectativa que os elementos do TDE seriam facilmente identificados. Porém, somente em pronunciamentos de 1968, os(as) estudantes e o ME foram tratados explicitamente no discurso do ministro como “inimigos internos” e “subversivos”. Tendo em vista o contexto de mobilização de massas no ano de 1968, o ministro falou poucas vezes sobre a conjuntura política do país. A defesa do diálogo, por parte da ditadura, nesta conjuntura, tornou-se impossível até mesmo em seu discurso, pois:

A contradição entre a linguagem do consenso e do diálogo e o aumento da repressão nas ruas anulou a legitimidade que se esperava obter com a promessa de liberalização. Como a ‘política de alívio’ dependia de um grau de consenso impossível em condições repressivas, o Estado evoluiu para uma situação de crise interna e externa (ALVES, 2005, p. 138).

Por fim, para essa etapa da pesquisa, selecionei dois pronunciamentos realizados pelo ministro. O primeiro deles foi transmitido em cadeia de televisão, em 15 de maio de 1968.⁴⁵

Os acontecimentos que, na área estudantil do País, se vêm verificando e repetindo, nestes últimos meses, estão a exigir das autoridades governamentais uma tomada de posição que ao mesmo tempo identifique seus esforços pela causa da educação nacional e demonstre a compreensão humana com que encaram a presença do estudante no quadro da vida social brasileira (p. 1).

Diante das manifestações do ME e demais movimentos sociais que se espalharam pelo país, desencadeados pelo assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto (em 28 de março de 1968, na capital do Rio de Janeiro), o ministro da Educação e Cultura viu-se pressionado a pronunciar-se acerca dos últimos acontecimentos. Em geral, os protestos estudantis e a repressão sofrida pela juventude eram tratados como se não fossem assunto do MEC.

Com o crescimento da oposição política contra a ditadura, podemos identificar alguns aspectos no discurso político de Tarso Dutra que diferem dos analisados anteriormente. Neste primeiro documento, o ministro constrói o seu argumento reconhecendo a presença do(a) estudante na política nacional, contudo, deveriam agir dentro da ordem:

Torna-se imperioso, entretanto, como contrapartida, reclamada pelo regime democrático, que a expressão de sentimentos e o desenvolvimento das ações pessoais ou de grupos, se exerçam com preocupação construtiva e observância do sistema legal vigente no país.⁴⁶

Sendo assim, há uma tentativa de normatizar a manifestação política, bem como, indicar que “excessos” não seriam tolerados, pois poderiam colocar em risco a segurança nacional e

⁴⁵ AHR/ALCD/APTD/3.1.1. Documento intitulado “Educação é compromisso inalienável de todos os brasileiros”, localizado na caixa Discursos no país, maço dos discursos de 1968.

⁴⁶ *Idem*, p. 1-2.

prejudicar o desenvolvimento econômico do país. Novamente, os(as) estudantes são representados(as) como “vítimas dos promotores da subversão internacional”.⁴⁷ Tarso Dutra assumiu a posição de defender um governo “injustamente” atacado pelos(as) jovens, o qual, em sua argumentação, dedicava todos os esforços para atender os clamores da juventude. Como prova, mais uma vez, o convênio realizado entre o MEC e as universidades do país, para solucionar o problema dos “excedentes”, foi mobilizado para propagandear a imagem de um “governo democrático” preocupado com o futuro da Nação e da juventude, que escutava os clamores do seu povo. Todavia, tenho a impressão de que esse convênio resolveu superficialmente a questão dos excedentes, sobretudo, porque esta continuou sendo assunto de notícias nas páginas do *CM*: estudantes permaneciam reclamando por não ter acesso à vaga no ensino superior à qual tinham direito. Ou seja, esse assunto pode ser problema de outra pesquisa.

De forma semelhante ao discurso dirigido à classe trabalhadora, que deveria “abrir mão” de direitos trabalhistas em nome do crescimento econômico sem realização de greves, os(as) estudantes deveriam receber as reformas universitária e administrativa sem objeções, pois:

A radicalização dos comportamentos e atitudes, que intranqüilizam os setores empenhados em incrementar as riquezas da nação e timbram em descobrir a vocação democrática de um governo que assegura a liberdade de criticá-lo, não é a resposta adequada ao desafio que os nossos tempos lançam à nova geração, concitando-se a empenhar-se na construção de uma ordem social mais justa e mais humana, redimida das angústias, das incertezas e das perturbações que marcam a época de transição que estamos destinados a viver e superar.⁴⁸

Depois de enumerar diversos projetos que o MEC, durante o governo do ditador Costa e Silva, já realizou e que viria a realizar, estratégia para deslegitimar “a radicalização dos comportamentos e atitudes” dos movimentos sociais, o ministro intervém a favor do Estado ditatorial, caracterizando-o como um governo democrático “que assegura a liberdade de criticá-lo”. No entanto, pesquisando no próprio APTD, podemos encontrar documentação que desmente tal afirmação. Na série Terrorismo de Estado (3.5), há a subsérie DSI/MEC (3.5.1), entre a sua documentação se encontra os pareceres funcionais (3.5.1.2). Este tipo de documento era produzido pela DSI/MEC, com a finalidade de orientar o ministro em suas decisões. Os pareceres eram, em geral, referentes a escolha de funcionários públicos “adequados” para ocuparem cargos tanto no interior do ministério, como em instituições de ensino e cultura. Em um dos casos, a DSI/MEC investigou um professor de Sociologia da

⁴⁷ *Idem*, p. 2.

⁴⁸ *Idem*, p. 8.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).⁴⁹ Neste caso, a fonte não informa se o professor estava concorrendo a algum cargo específico ou se a investigação pôde ser compreendida como um caso de “operação limpeza” dentro da universidade. Porém, o ponto que quero destacar é que o órgão de informação reuniu uma série de matérias escritas por esse docente, as quais foram publicadas na imprensa brasileira anterior ao golpe de 1964. Ou seja, não podemos compreender de forma alguma que a ditadura estava aberta às críticas como Tarso Dutra expôs. Ao contrário, buscava no passado de seus inimigos justificativas para puni-los e sustentar as suas ações arbitrárias. Ademais, antes mesmo do AI-5 ser decretado, o Conselho de Segurança Nacional proibiu as manifestações de rua, em 17 de julho de 1968.

O segundo pronunciamento consiste em uma “Palestra do ministro Tarso Dutra”, transmitida em cadeia nacional de rádio e televisão.⁵⁰ Apesar do documento não possuir data, identifiquei que o seu contexto de produção data do final do mês de novembro, em razão da referência à sanção do Decreto-Lei n. 5.540, o qual foi assinado pelo ditador Costa e Silva em 28 de novembro de 1968. Depreendemos que o contexto histórico era posterior à grande mobilização do ME que marcou aquele ano. Após o assassinato de Edson Luís, a sua morte brutal desencadeou uma série de protestos pelo país. Os eventos que marcaram a “história nacional”, por terem ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo, foram: a Passeata dos Cem Mil, a Sexta-feira Sangrenta, a Batalha na Maria Antônia e o Congresso de Ibiúna.⁵¹ Porém, ao final daquele ano, após inúmeros confrontos com a repressão e com os(as) estudantes de extrema direita, o ME já começava a ficar isolado na sociedade. Os protestos de massas que marcaram 1968 já não eram mais possíveis de serem realizados. No decorrer do processo histórico que estava em curso, o diálogo já não era uma possibilidade, tanto para os movimentos sociais como para a ditadura. Destaca-se, para o ensino de história, a importância do que é emitido como fato histórico presente nos manuais didáticos e a importância de meu estudo no sentido de trazer a posição dos jovens estudantes nesse período.

Nesse contexto que se insere a “Palestra do ministro Tarso Dutra”, cujo documento no roteiro do texto que deveria ser lido pelo ministro, o qual aparentemente dirigia a mensagem aos(às) estudantes:

diante da recusa dos estudantes em comparecer a meu gabinete, ou a outro lugar adequado, para estabelecer um diálogo pacífico e construtivo, aqui estou, através desta rede nacional de rádio e televisão, para esclarecer ponto por ponto, item por item, as que deram margem às recentes manifestações estudantis (p. 2).

⁴⁹ AHRS/ALCD/APTD-3.5.1.2-4.

⁵⁰ AHRS/ALCD/APTD-3.1.1. Documento intitulado “Palestra do ministro Tarso Dutra”, localizado na caixa Discursos no país, pasta dos discursos sem data.

⁵¹ Ver VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

Ao longo do texto, o ministro se coloca como *vítima* das “ações injustas e antidemocráticas” perpetradas pelos líderes do ME – os quais se recusaram a estabelecer um diálogo com o ministro – contra o MEC e o governo brasileiro. A ausência do diálogo, segundo o ministro, era de responsabilidade das lideranças estudantis: “Infelizmente, nesse início de diálogo, não se estabelecerá debate – não por nossa culpa – mas pela ausência premeditada das lideranças estudantis, industriadas por elementos estranhos ao meio estudantil” (p. 2). Este pronunciamento compartilha os mesmos aspectos destacados ao anterior: representação do(a) estudante politizado como um “inimigo interno”, influenciado por “ideias estranhas” e pela infiltração comunista no ME; construção argumentativa do ministro, colocando o Estado e o MEC como vítimas de acusações injustas diante dos massivos esforços da ditadura com a Educação e em atender aos anseios da classe estudantil. Logo, o ministro vinha contestar as reivindicações estudantis, porém há um aspecto singular nesse documento: a descrição do cenário. A partir da descrição do cenário e as orientações presentes no roteiro com as posições que o ministro deveriam realizar ao longo de seu pronunciamento (por exemplo: “MIN (NO QUADRO NEGRO)”), identifiquei que Tarso Dutra buscou representar o tipo social de professor, trazendo elementos que no imaginário social são vinculados a este profissional da Educação.

Dessa forma, ele performou um professor que procura explicar minuciosamente aquilo que o seu aluno intransigente não estava conseguindo compreender, bem como, não estava conseguindo respeitar a sua autoridade. Esse aspecto também é compreendido como uma condição de produção do discurso, porque a partir da relação de forças presentes entre o enunciador e seu público, há uma relação de poder desigual e profundamente hierárquica: “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (ORLANDI, 2020, p. 39).

Após analisar os pronunciamentos de Tarso Dutra como ministro da Educação e Cultura foi possível constatar algumas das limitações impostas pela fonte. Tendo em vista que é um discurso oficial, de um homem branco, representante da classe dominante e, sobretudo, da ditadura, acaba por sobressair os *silêncios*. O *silêncio*, em diversos momentos, acerca da mobilização do ME com suas reivindicações; o *silêncio* do ministro após o assassinato do Edson Luís de Lima Souto; o *silêncio* sobre o decreto do AI-5. Examinando o discurso, a aparência era que as coisas operavam em total normalidade no país: não havia ditadura, não havia mortos...

Outros jovens foram assassinados por sua militância política.⁵² Todavia, a ação policial sobre os(as) estudantes que protestavam pela reforma do Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, e que findou com a vida de Edson Luís, o qual se tornou símbolo da luta estudantil e alcançou repercussão nacional. Inclusive, sensibilizou muitas pessoas, até então apoiadores da ditadura, a se posicionarem contrárias ao regime. Assim, esperei encontrar em um desses tantos documentos alguma manifestação, posicionamento e(ou) explicação ante a esse acontecimento, em razão da grande comoção que ele causou. Deveu-se, essa espera, por tantas vezes que o Tarso Dutra defendeu o diálogo com os(as) jovens. Porém, a partir dos documentos que eu tive acesso, concretizou-se o completo *silêncio* desse caso e dos que transcorreram durante o ano de 1968. Ou seja, o ministro só falava para um determinado grupo de jovens estudantes, alinhados politicamente com seu projeto, aos demais ofertava apenas silêncio e violência.

⁵² Consultando o *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)* (2009), pude identificar o nome de pelo menos 9 jovens que foram mortos no período entre o golpe civil-militar até o ano de 1968. São eles: Ari de Oliveira Mendes Cunha, Ivan Rocha Aguiar, Jonas José Albuquerque Barros, Edson Luiz Lima Souto, Manoel Rodrigues Ferreira, José Guimarães, Luís Paulo da Cruz Nunes, Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Santos Abi-Eçab.

Considerações finais

Com a materialização do golpe civil-militar de 1964 e, conseqüentemente, do processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi preciso desenvolver estratégias, orientadas pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, visando eliminar quaisquer focos de contestação ou de oposição à ditadura brasileira em diferentes setores da sociedade. Nesse âmbito, a juventude consistiu em uma permanente preocupação para as autoridades civis e militares, principalmente, os(as) jovens militantes do ME, que foram enquadrados na categoria de “inimigo interno”.

Quando o ditador Costa e Silva assumiu o governo do país, iniciou-se um novo ciclo de liberalização, evidenciada na promoção de “políticas de alívio” às medidas arbitrárias tomadas no final do governo de Castelo Branco e pela busca de negociação com a oposição. Ao estudar o discurso de Tarso Dutra e as edições do *Correio da Manhã*, foi possível constatar que a defesa do *diálogo* com a oposição esteve na maioria dos pronunciamentos do ministro, tal como diversas manchetes, que destacaram a intenção do ditador em construir um governo com verniz “democrático”. Por sua vez, após realizar a análise das fontes e a leitura da bibliografia especializada sobre o tema, pude chegar à conclusão de que o diálogo com a oposição se mostrou bastante limitado e circunstancial. Ademais, dependendo de quem realizava a crítica ao Estado, esse indivíduo receberia determinado tratamento por parte das autoridades governamentais e da repressão: alguns recebiam a violência, outros o apoio da força policial.

O Movimento Estudantil começou a se rearticular em 1967 e se intensificou no ano seguinte. Apesar do retorno às ruas dos(as) estudantes, junto ao povo, e do confronto que estes protagonizaram contra a repressão, tais eventos apareceram de maneira muito restrita nos pronunciamentos oficiais do ministro da Educação. Quando isso ocorreu, os(as) jovens militantes foram vistos como um “problema” para o país e representados como sujeitos ingênuos. Os(as) discentes supostamente não sabiam o que estavam fazendo e eram facilmente cooptados(as) por elementos infiltrados no ME, os quais teriam o plano de colocar o país num estado de anarquia e desordem, cuja situação não seria tolerada pela conjuntura política de exceção. Essa representação da realidade foi mobilizada para o Estado agir contra aqueles(as) que se manifestaram contra a ditadura e que defendiam um outro projeto de país, de Educação e Cultura.

Ao perceber as limitações da análise, em razão de ser um pronunciamento oficial, e ao direcionar a pesquisa para as notícias do *CM* nas quais Tarso foi mencionado, pude

compreender melhor as condições de produção de seu discurso nos seus primeiros meses como ministro. Observando a repercussão em torno dos “excedentes”, a resolução por meio do convênio do MEC com as universidades foi comemorado pelos(as) estudantes beneficiados(as) com vagas no ensino superior. Dessa forma, a ditadura e o ministro da Educação aproveitaram das manifestações de apoio ao governo por parte dessa parcela de jovens, para construir uma imagem útil da juventude para o regime. Principalmente para corroborar com a tese que o novo governo e o novo ministro da Educação estavam verdadeiramente dispostos a dialogar.

Vinculado a esta imagem útil da juventude para a ditadura, encontra-se a representação dos(as) jovens como necessários para o futuro do país, não sendo, entretanto, vistos como condição ou categoria do presente. Ao trazer documentos sobre a vida estudantil, os quais claramente evidenciam a capacidade de refletir de forma crítica e ter um pensamento político frente a conjuntura nacional que eles(as) estavam vivenciando, além de estarem lutando por um projeto de sociedade e de país diferente ao que a realidade os impunha, tais fatos consistem em habilidades compreensivas fundamentais para o ensino de história.

Por fim, essa pesquisa abre para novas questões que antes eu não poderia elaborá-las. Os caminhos que eu poderia ter seguido foram inúmeros, precisando realizar constantemente escolhas e recortes. Um dos objetivos que gostaria de trazer a este trabalho, mas que acaba ficando para outro momento, consiste em comparar os discursos presentes na documentação produzida pelo ME com os de Tarso Dutra. Gostaria também ter analisado os pronunciamentos de 1969, após o decreto do AI-5, para examinar se alguma diferença se operou na forma como o ministro, representante da ditadura, dirigiu-se ao seu público, assim como as representações da juventude e se em algum momento ele chegou a se pronunciar sobre aqueles(as) contrários à ditadura. Logo, espero continuar os estudos sobre ditadura e movimento estudantil, Educação e capitalismo em outro trabalho, porque acredito que os resultados iniciais se mostraram significativos ao cruzar o discurso político com a documentação da DSI/MEC e com as notícias veiculadas pela imprensa.

Referências bibliográfica

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2005.
- BARCELLA, Grazielle Araujo. *Terrorismo de Estado: análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso Dutra*. Monografia (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra. Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.
- FERREIRA, Jorge. Enquadrando a ditadura: fotojornalismo do *Correio da Manhã* e os conflitos de 1968. In: *Tempo & Argumento*, v. 12, n. 30, maio/ ago. 2020.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MANSAN, Jaime Valim. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). In: *Militares e Política*, n. 7, jul.-dez. 2010.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: Visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *In: Revista Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-21, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, tomo I.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-militares de Segurança Nacional latino-americanas. *In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. *In: Barbarói*, n. 24, 2006/1.

SANFELICE, José Luís. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. *In: Revista Simbio-logias*, v. 8, n. 11, dez./2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em Torno do Conhecimento Sobre Juventude na Área de Educação. *In: SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Escolarização*. Brasília, INEP, 2001. (Série Estado do Conhecimento).

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

VALLE, Maria Ribeiro. *1968: o diálogo é a violência*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. A UNE no contexto da ilegalidade e da luta armada. *In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

Fontes documentais e acervo

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo Arquivo Particular Tarso Dutra. Subfundo Ministro da Educação e Cultura.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL: Coleção Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1960-1969.

Notícias

Jango tinha 70% de aprovação às vésperas do golpe de 64, aponta pesquisa. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 28 de março de 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/429807-jango-tinha-70-de-aprovacao-as-vesperas-do-golpe-de-64-aponta-pesquisa/>. Acesso em 21/01/2023.

Os universitários param em todo país. *Memorial da Democracia*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/universitarios-param-em-todo-pais>. Acesso em: 06/02/2023.

WESTIN, Ricardo. No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango. *Senado Federal*, Brasília, 2 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>. Acesso em 21/01/2023.

Leis

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.105. Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1942.

BRASIL. Lei nº 4.464. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília, 9 de novembro de 1964.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 25 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, 26 de fevereiro de 1969.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 39.680. Cria Comissão Especial para organizar um acervo histórico da luta pela democracia e de denúncias de violações das liberdades democráticas e dos direitos humanos cometidas pela ditadura militar instalada em 31 de março de 1964. Porto Alegre, 24 de agosto de 1999.